

JORNAL DOS Trabalhadores

ANO I — Nº 10 — Quinzenal — 13 de agosto de 1982 — Cr\$ 50,00

Recado do Lula



Reajuste trimestral

Os patrões e o Governo vêm preparando, pouco a pouco, o fim do reajuste semestral do nosso salário. Enquanto nós, trabalhadores, passamos fome, os patrões se banqueteam com o ministro Delfim e pedem a volta ao reajuste anual. Delfim desconversa, mas promete aos patrões que não deixará os salários aumentarem mais do que o índice de produtividade.

Ora, todo mundo sabe que essa história de produtividade foi inventada pelo Governo e pelos patrões para nos enganar. Ninguém, até agora, foi capaz de medir esse índice. Mas, na hora das negociações, os patrões sempre dizem que o índice é menor do que o aumento de salário que nós precisamos.

Mas existem outras coisas que podem ser medidas, como, por exemplo, o lucro dos bancos. Alguns bancos chegaram ao cúmulo de um lucro de 600% num único ano. Outra coisa que pode ser medida: a inflação, que já está em 99,5%. Quer dizer: inflação anual de quase 100% e reajuste salarial semestral de menos de 45%. E ainda querem acabar com o reajuste semestral!

Está na cara que não é o salário que causa a inflação, mas o contrário: a inflação é que obriga a reajustes salariais periódicos. No dia em que tivermos uma inflação de 5% ao ano — como existe em muitos países — talvez possamos até passar sem reajuste anual. Mas, do jeito que as coisas vão, com a inflação subindo em média 7% ao mês, não se trata de discutir se se acaba ou não com o reajuste semestral. Temos mais é que lutar por um reajuste trimestral, a única forma de permitir que o salário da classe trabalhadora ainda mantenha um certo nível de poder de compra.

Lula

Moço em Estado de Sítio

P. 7

Gaúchos têm dia de luta

Última

OLP começa retirada do Líbano

P. 2

Aumentam as taxas do BNH

P. 5

Petroleiro já está em campanha

P. 4

Carlito Maia fala da Copa

P. 7

O Último Golpe

Eleitores ameaçados

Em 15 de novembro, o Brasil terá 55 milhões de eleitores (página 3), mas o Governo inventou uma cédula para enganar a todos eles (veja Editorial na página 2)

I Conclat em 82



O II Enclat de São Paulo repudiou o adiamento, aprovou o Conclat em 82 e elegeu nova direção sindical estadual. Mas, uma semana depois, o Enclat de Minas aprovou o adiamento para 83.

P. 4

Filiados resistem



Com o general Figueiredo em Florianópolis, a repressão invadiu e depredou a sede do PT. No dia seguinte, tentou outra vez, mas os membros do PT e os populares resistiram e não deixaram.

P. 6

Convenções do PT em mais Estados

P. 6

Editorial

Uma advertência

Toda vez que o general Figueiredo diz que quer levar o Brasil à democracia, podemos estar certos de que, na verdade, está sendo preparado mais um golpe contra a democracia.

Foi o que aconteceu na semana passada. Enquanto em Florianópolis o general falava mais uma vez em eleições, o Governo que ele preside arrumava outro pacote contra o eleitor brasileiro.

Esse não é o primeiro e nem será o último casuismo eleitoral. O regime começou pela "reforma partidária", que impediu o livre nascimento de uns partidos e dificultou a fundação de outros. E depois continuou: exigências absurdas para a legalização partidária, voto vinculado, alteração da composição e do número das bancadas, manutenção da lei Falcão, proibição de voto só na legenda. E, agora, voto domiciliar e cédula sem nada impresso.

Esse último golpe revela tanta falta de vergonha na cara dos governantes, que até o próprio Tribunal Superior Eleitoral se sentiu incomodado, e tentou apresentar um modelo de cédula mais decente. Então o Governo decidiu usar outra manobra vergonhosa para aprovar o seu vergonhoso projeto: o decurso de prazo, isto é, o golpe pelo qual, passado um certo tempo, o projeto vira lei mesmo que não tenha sido aprovado no Congresso.

Até agora, os golpes que o regime vinha dando em matéria de eleições tinham o objetivo de impedir as oposições de elegerem os seus candidatos, e, assim, manter a maioria do PDS.

Mas, com esse último casuismo, o regime passou das medidas: já não se trata mais, apenas, de fazer o PDS ganhar de qualquer jeito. Agora, com o voto dentro de casa, com o eleitor sendo obrigado a escrever por extenso os nomes de todos os candidatos, numa cédula em que não estão impressos nem os nomes dos candidatos nem os dos partidos, o Governo está querendo outra coisa. O Governo quer é acabar com o voto secreto, quer submeter o eleitor, na sua casa, a toda sorte de pressão de "coronéis", de cabos eleitorais do

regime, de alguns chefes de repartição pública. Quer submergir o eleitor na corrupção e na repressão. Quer inviabilizar o processo eleitoral, tumultuar o ato de votar, anular a cédula para invalidar o voto, fraudar as apurações, e, assim, anular as eleições e ficar mais 18 anos no poder.

Portanto, é necessário fazer uma clara advertência ao regime.

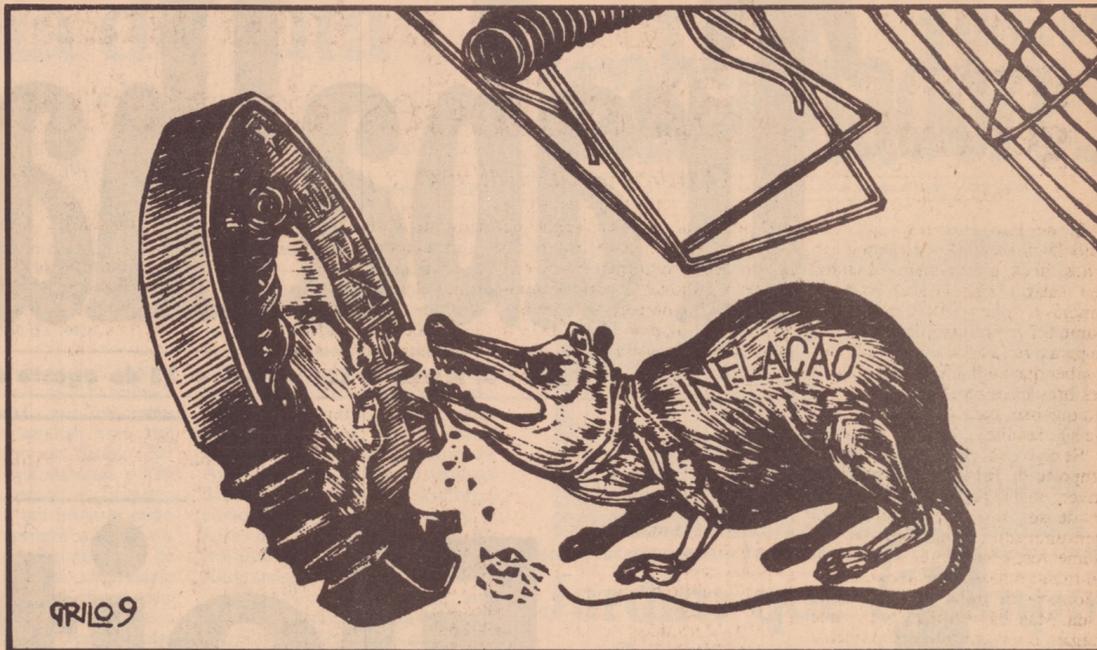
Nós, trabalhadores, sabemos que essas eleições, com todos os casuismos e golpes, com toda a corrupção e a repressão, não são eleições nem livres, nem limpas e nem democráticas. Também sabemos que as eleições não resolvem todos os nossos problemas de emprego, de salário, de custo de vida, de inflação, de saúde, de escola, de casa para morar. Sabemos perfeitamente que só a nossa conscientização, a nossa organização e a nossa força poderão transformar o conjunto da sociedade e, assim, começar a resolver os nossos problemas.

Mas, apesar de sabermos tudo isso, nós queremos essas eleições.

Queremos e precisamos dessas eleições, para varrer do cenário político os exploradores, os opressores e os corruptos que há tantos anos vêm sugando o nosso sangue e vêm afundando o Brasil.

E não vamos esperar que os problemas eleitorais se resolvam apenas nas esferas palacianas e no plano institucional. Não vamos ficar quietos, parados, de cabeça baixa, aguardando que mais esse pacote desabe sobre nós. Porque, depois que o pacote for aprovado, não vai adiantar de nada chorar o leite derramado.

Se for necessário garantir na marra o processo eleitoral, nós, trabalhadores, vamos garanti-lo na marra. Vamos começar desde já a protestar nas ruas e nas praças, antes que seja tarde demais. Vamos agitar o problema nas fábricas, nas empresas, nas escolas, nos bancos, nos bairros, no campo, em toda parte. E vamos ver quem tem mais peso: os tecnocratas nos seus gabinetes ou o povo nas ruas.



Internacional

A dura retirada do Líbano

Israel impõe à OLP condições que dificultam uma solução definitiva

O Governo de Menachem Begin continuou atacando militarmente a Capital do Líbano, mesmo depois de Arafat ter reconhecido o Estado de Israel e de ter aceito a retirada dos palestinos de Beirute.

Evidentemente, Arafat não pode proceder a uma retirada sem quaisquer condições, sob o risco de ver dizimados os combatentes sob suas ordens. Mas ninguém parece estar disposto a oferecer tais condições.

O Governo Reagan, é claro, embora reitera que "deseja a paz no Oriente Médio", não está disposto a sacrificar a lealdade que Begin lhe dedica. Para a União Soviética, no momento, nada lhe interessa fazer a não ser vagas e genéricas declarações de solidariedade ao povo palestino, declarações que, na realidade, não mudam um milímetro a situação militar na área.

de Israel, embora não deixando de atacar o Líbano com sua aviação, declarou que aprova a retirada dos palestinos, mas impôs várias condições.

Entre elas: a relação de quantos palestinos seriam recebidos por tais e quais países. Para os libaneses só há 9 mil palestinos no Líbano, mas Begin diz que há doze mil.

Outra condição: seria o próprio Exército libanês, e não tropas europeias da ONU, que fiscalizariam a primeira fase da retirada dos adeptos da OLP.

A terceira condição prevê que a guerra "recomeçará" — por parte de Israel, ela não foi interrompida em nenhum momento — se a retirada for paralisada. O Governo de Israel também exige a devolução de soldados prisioneiros, ou de corpos de soldados mortos.

afirmou que poderá receber os palestinos que estão no Líbano.

Sem pátria

Outros países — como Iêmen do Norte o Iêmen do Sul, a Tunísia, a Jordânia, o Iraque e o Sudão — estão dispostos a receber "alguns" palestinos, e mesmo assim de forma provisória e sob condições.

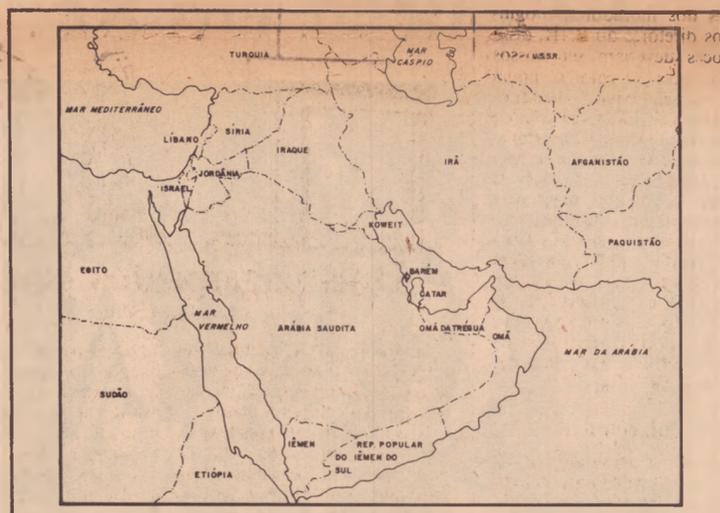
Isto é, a retirada pode resolver momentaneamente o problema militar do cerco de Beirute pelas tropas de Begin, mas não resolve em definitivo o problema dos palestinos de encontrar uma pátria para eles.

Arafat e a OLP, daqui por diante, precisarão redobrar esforços, no mundo todo, para poder dar a seu povo aquilo que é direito de qualquer povo, um solo e uma nação.

As condições

No final da semana, porém, o Governo de Israel impôs condições que dificultam uma solução definitiva.

As condições são duras para a OLP. Até o momento, apenas o Governo da Síria



Na Polônia, anistia, mas sem Walesa

O Governo polonês anunciou a suspensão de algumas restrições, impostas militarmente ao povo polonês desde dezembro, e a libertação de 1.227 das 1.864 pessoas que o regime afirma estarem presas.

Lech Walesa, o líder sindical polonês e dirigente do "Solidariedade", não foi solto. As autoridades militares dizem que ele continuará "internado" numa longínqua aldeia "para sua própria segurança".

A entidade internacional "Cruz Vermelha" afirma que os presos poloneses são 2.500, e não 1.864, como diz o Governo militar.

Em greve

Depois de quinze dias de greve, os ferroviários ingleses voltaram ao trabalho e os trens circularam novamente. Não houve vitórias nas reivindicações: o sindicato desistiu delas porque não obteve o apoio da federação...

Mas nova categoria entrou em greve: a dos funcionários de hospitais que reivindicam aumento de salários.

"Boinas Verdes"

O Governo Reagan está reativando os "boinas Verdes", brigadas militares especiais para o combate à guerrilha, isto é, para defender os interesses do imperialismo norte-americano contra as tentativas de libertação dos povos subdesenvolvidos e do Terceiro Mundo.

Negros

Na África do Sul, país dominado por uma ditadura fascista e racista, os trabalhadores negros nas minas ganham salários seis vezes menores que os mineiros brancos.

Por isso, os trabalhadores negros se revoltaram. A polícia matou 10, feriu 15 e prendeu 300 trabalhadores.

Centenas de trabalhadores negros das minas foram demitidos.

Pergunta e Resposta

O cidadão que quiser alistar-se como eleitor tem de pagar alguma coisa?

Não. Alguns cartórios do Interior estão cobrando certidões para fins eleitorais, mas isso é rigorosamente proibido por lei. O alistamento eleitoral ainda é regulado pela Lei 4.737, de 15 de julho de 1965 que, baseada na Constituição (Emenda Constitucional de 69) diz: "O alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de ambos os sexos, salvo as exceções previstas em lei. Não poderão alistar-se eleitores: a) os analfabetos; b) os que não saibam exprimir-se na língua nacional; e c) os que estiverem privados, temporária ou definitivamente, dos direitos políticos."

O artigo 47 da mesma lei diz que as "certidões de nascimento ou casamento, quando destinadas ao alistamento eleitoral, serão fornecidas gratuitamente, segundo a ordem dos pedidos apresentados em cartório pelos alistandos ou delegados de partido". Esse artigo diz mais ainda: "Os cartórios de Registro Civil farão ainda, gratuitamente, o registro de nascimento, visando ao fornecimento de certidão aos alistandos, desde que provem carência de recursos, ou aos delegados de partido, para fins eleitorais".

Assim, nem cartório eleitoral nem cartório civil podem cobrar qualquer coisa por qualquer papel que se destine a alistamento eleitoral.

Nós, funcionários públicos do Estado de São Paulo, estamos sofrendo toda espécie de pressões para aderir ao partido do Governo. Quando não queremos nos submeter, somos ameaçados de demissão ou de transferência. Como podemos nos defender?

Uma das defesas possíveis está na própria lei. Funcionário público efetivo não pode ser demitido sumariamente. Demissão é penalidade, que só pode ser aplicada a quem tenha cometido falta grave, e exige a instauração de processo administrativo, em que é garantida ampla liberdade de defesa. Quanto aos servidores temporários, a Lei 500/74 prevê que a dispensa por razão disciplinar deverá ser

motivada, e, nos artigos 38 e 39, garante ao servidor o direito de apresentar sua defesa.

Com relação à transferência, o artigo 45 do Estatuto dos Funcionários (Lei 10.261/68) diz claramente: "Art. 45 — O funcionário não poderá ser removido ou transferido "ex officio" para cargo que deva ser exercido fora de localidade de sua residência no período de 6 (seis) meses antes e até 3 (três) meses após a data das eleições. Parágrafo único — Essa proibição vigorará no caso de eleições federais, estaduais ou municipais, isolada ou simultaneamente realizadas."

No período em que estamos — desde 15 de maio de 1982 até 15 de fevereiro de 1983 — não pode haver transferência para Município diferente. E a demissão sumária não existe nem no caso de servidor temporário. Essas ameaças são intimidações feitas para criar um clima de terror que leve os funcionários a fechar os olhos para as irregularidades que estão sendo cometidas em todas as repartições públicas estaduais e municipais por conta do Governo e dos seus cabos eleitorais.

Como é que ficou a questão da propaganda eleitoral gratuita em rádio e televisão?

De acordo com a legislação vigente — e se não houver novos casuismos e golpes até lá — a propaganda eleitoral gratuita em emissoras de rádio e de televisão começa no dia 14 de setembro, evidentemente nos moldes da lei.

Há ainda outros prazos de interesse dos partidos políticos: no dia 16 de setembro, serão divulgados os locais em que serão feitas as votações e, a partir desse dia, os partidos políticos passarão a gozar de prioridade postal para a remessa de propaganda de seus candidatos.

Do dia 16 ao dia 18 de setembro, os partidos poderão reclamar da nomeação de membros das mesas receptoras de votos.

Cartas

"... creio que a educação política de um trabalhador não tem que ser dirigida pelo partido. Senão, não é de baixo para cima, mas ao contrário. Essa educação só é efetiva se ela se der na luta de cada trabalhador, em cima de suas necessidades. Na educação dirigida pelo partido, corremos o risco de as pessoas se tornarem nossos dependentes... O Partido deve orientar os militantes que participam do movimento popular para que eles pratiquem uma "política do oprimido". E vamos deixar de lado esse negócio de "pedagogia do oprimido", que isso é coisa dos intelectuais..."

Antonio Cabral Filho, comerciante, Rio de Janeiro.

trabalhador, nós votamos em nós e eles votam neles."

Carlos Gerardo dos Santos, Propriá, Sergipe.

O Jornal dos Trabalhadores recebeu carta de Rudá Ricci, filiado ao PT de Tupã, no Estado de São Paulo, acompanhando documentos de membros do partido com críticas a integrantes da Comissão Municipal dessa cidade, principalmente ao seu presidente, Fernando César de Barros. O documento foi remetido para o presidente do Diretório Regional do PT em São Paulo, Djalma Bom.

"... Como a maioria do povo brasileiro, estamos cansados de promessas, sempre nas vésperas de eleições, logicamente com fins eleitoreiros, feitas por políticos profissionais e na grande maioria por corruptos e aproveitadores, que jamais representam os vitais interesses da classe trabalhadora e de todo o povo trabalhador brasileiro. O papel da conscientização e a constante mobilização em torno da classe trabalhadora e de todo o povo constitui, a nosso ver, a única alternativa viável para se elaborar um projeto de transição, que, com o conhecimento do povo honestamente nos possibilitará solucionar parte dos nossos problemas mais emergentes, e será o início de uma luta árdua e profunda para juntos e unidos para sempre caminharmos na construção da verdade e do socialismo."

Flávio Roberto Almeida, Capital, SP.

JORNAL DOS Trabalhadores

Órgão oficial do Partido dos Trabalhadores — PT Nacional. Quinzenário Reg. 055615/82. Publicação da Universal S/C Ltda (C/GC 47 826 904/0001-34). Redação e Administração — Rua André Paulinetti, 558, CEP 04707 — São Paulo — SP — Brasil. Tel. 531-0618. Editor responsável Perseu Abramo (reg. prof. 5436, mat. sind. 1085). Administração Francisco Rodrigues Martins. Departamento Jurídico Luiz Eduardo Greenhaigh. Produção Gráfica Elifas Andreato, Cid Marcondes de Oliveira, Sérgio All. Fotografia Samuel Iavelberg, Rio de Janeiro. Composição e Fotolito Editora Letra Ltda. Rua Arthur de Azevedo, 1.977 tel. 212-5061. Impressão Cia Editora Jorúels, rua Gastão da Cunha, 49 — Tel. 531-8900.

Como ganha o general!

João Costa

É, de fato, aterrador que um trabalhador tenha que sustentar a si e aos filhos, o mês inteiro (quando seu salário não atrasa), com o miserável mínimo de Cr\$ 16 mil, como foi determinado recentemente para a região Sul e Sudeste. Pior é saber que milhares de trabalhadores brasileiros recebem bem menos do que isso, para o seu sustento e o de sua família.

Se com isso, eles ficam isentos do Imposto de Renda, não é nenhum favor, pois já pagam com o desgaste de sua força de trabalho não remunerada, não reposta em alimentos, bens e lazer, um imposto muito maior, que é a discriminação social do trabalho e a perda de vida. Mas, há os trabalhadores que pagam o seu imposto corretamente e nem por isso são aproveitadores da classe trabalhadora.

É bom lembrar o recentemente divulgado recibo de pagamento do general Figueiredo, (Cr\$. 908.815,00), que também é o presidente da República e, assim, recebe também como cidadão civil Cr\$ 661.261,00, somando a quantia de Cr\$ 1.570.476,00. Não é de espantar tanto o total dos salários do cidadão Figueiredo. Afinal, muito trabalhador com a imensa família que tem mereceria até mais do que isso para sustentá-la com o conforto necessário.

Chama a atenção, isso sim, o quanto é que o general desconta de Imposto de Renda: Cr\$ 72.063,00, dos Cr\$ 908.815,00, seu soldo militar. E o general "queixou-se recentemente da voracidade do "leão" tributário", como disse a imprensa. Para não haver injustiça, seria interessante saber porque o seu desconto do "leão" é tão reduzido.

Senão vejamos: Segundo a tabela de descontos do imposto atual, fornecida pela Secretaria da Receita Federal, um cidadão comum com um salário de Cr\$ 908.815,00 deveria recolher na fonte Cr\$ 255.704,00. Com a correção de 95% prevista para outubro próximo, esse total deverá cair para Cr\$ 196.134,00, ainda assim, bem mais do que foi descontado do general-presidente, em maio deste ano.

Apenas a título de pensar um pouco mais — o que, afinal, foi recomendado por um outro general presidente, que usássemos nossa "imaginação criativa" — o valor descontado pelo general Figueiredo (Cr\$ 72.063,00), em folha, corresponde ao desconto de quem recebe atualmente um salário bruto de Cr\$ 375.477,00.

Sabendo-se que nesta faixa salarial estão incluídos muitos funcionários públicos e mesmo funcionários de muitas empresas privadas e estatais, portanto, cidadãos civis, pergunta-se hoje, se é justo que uns tenham um desconto do "leão", na fonte, maior que o de outros, que recebem até mais? Além disso, o desconto na fonte é um "empréstimo compulsório adiantado", como se diz.

O presidente da República deveria dar o exemplo da igualdade em todos os casos de compromisso com os deveres da Nação. Afinal, a igualdade de todos os cidadãos está prevista na Constituição.

Vejam como o PDS trata as mulheres

Um distinto senhor entra num bar, na cidade de São Luís (MA) acompanhado de uma comitiva. Chama a garçonete, pede whisky e vodka. Em seguida, solicita que a moça faça "strip-tease", isto é, que tire a roupa. A moça nega e o senhor, indisposto com a resposta, agradece.

O senhor e sua comitiva, não satisfeitos, invadem o quarto onde dormem cinco moças e exigem que seus desejos sexuais sejam satisfeitos. Um frequentador do bar, revoltado com a cena, consegue expulsar os senhores do local.

Estas cenas foram minuciosamente denunciadas pelos jornais Folha do Maranhão e Jornal Pequeno, de São Luís. Entre os detalhes relatados, a identificação de um dos arruaceiros: o deputado federal Luís Rocha, candidato a governador pelo PDS, "o homem que o Sarney quer impor para governar o Maranhão", segundo declarou o vereador Hélio Silva.

O Brasil já tem mais de 52 milhões de eleitores

O número de mulheres é pouco menor que o de homens

O prazo para novas inscrições de eleitores encerrou-se em 6 de agosto, segundo normas estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O número de eleitores que hoje votam é de 52.402.433 em todo o País, e poderá ser ampliado

para até 55 milhões.

De acordo com a Emenda nº 2 do TSE, os Estados e Territórios deverão eleger nas próximas eleições de 15 de novembro, 479 deputados federais e 949 estaduais.

Atualmente há 28.655.815 eleito-

res homens e 23.746.628 mulheres.

O número de eleitores votantes, por Estado e Território, segundo o último quadro elaborado em 31 de março pelo TSE, encontra-se da seguinte forma:

Estado	População	Número de eleitores	Câmara dos Deputados		Assembleia Legislativa	
			Atual	Futuro	Atual	Futuro
AC-Acre	301.605	102.762	6	8	18	24
AL-Alagoas	1.987.581	591.349	7	8	21	24
AM-Amazonas	1.432.066	455.064	6	8	18	24
BA-Bahia	9.474.263	3.649.395	32	39	56	63
CE-Ceará	5.294.876	2.049.089	20	22	44	46
ES-Espírito Santo	2.023.821	847.728	8	9	24	27
GO-Goiás	3.865.482	1.222.788	14	16	28	40
MA-Maranhão	4.002.599	1.222.788	12	17	36	41
MG-Minas Gerais	13.390.805	6.050.126	47	55	71	79
MS-Mt. Grosso do Sul	1.370.333	618.761	6	8	18	24
MT-Mato Grosso	1.141.661	424.444	8	8	24	24
PA-Pará	3.411.868	1.227.744	10	15	30	39
PB-Paraíba	2.772.600	1.119.810	11	12	33	36
PE-Pernambuco	6.147.102	2.215.617	22	26	46	50
PI-Piauí	2.140.066	829.105	8	10	24	30
PR-Paraná	7.630.466	3.712.011	34	32	58	56
RJ-Rio de Janeiro	11.297.327	3.866.172	46	46	52	70
RN-Rio Grande do Norte	1.899.720	828.106	8	8	15	24
RO-Rondônia	492.810	155.690	2	8	0	24
RS-Rio Grande do Sul	7.777.212	3.994.387	32	32	56	56
SC-Santa Catarina	3.628.751	1.908.925	16	16	40	40
SE-Sergipe	1.141.834	403.991	6	8	18	24
SP-São Paulo	25.040.698	11.965.763	55	60	79	84
TERRITÓRIOS						
AP-Amapá	180.078	58.098	2	4	—	—
RR-Roraima	81.896	33.175	2	4	—	—

Os moradores criticam a política antipopular oficial

O povo contra o aumento de 90% nas prestações da casa própria

Nilo Sérgio Gomes

RIO — Quando um dos representantes dos moradores, dirigindo-se aos difetores do BNH, disse que "vocês deveriam ser nossos diretores, pois é com o nosso dinheiro que são pagos", o auditório com mais de 100 moradores de conjuntos habitacionais irrompeu em aplausos. O tom de crítica severa à política nacional de habitação foi o que marcou a reunião realizada há dias, no auditório do Banco, no Rio, entre a diretoria do BNH e 80 Associações de Moradores, mais a Famerj (Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro) que foram reivindicar a suspensão do reajuste de 89,03% nas prestações da casa própria.

Palacetes

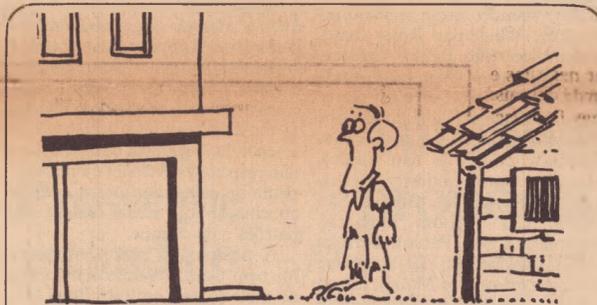
Os moradores acusaram o BNH de construir "verdadeiros palacetes" com os recursos do FGTS, enquanto a correção monetária é aplicada implacavelmente sobre os mutuários de baixa renda, das habitações mais simples.

O presidente da Famerj, Jô Resende, leu uma carta da entidade ao presidente do BNH, José Lopes, reivindicando além da suspensão do reajuste, a eliminação dos aumentos semestrais nas prestações, recentemente aprovado pela direção do Banco; afastamento das financeiras intermediárias do BNH; respeito à carta-compromisso assinada com os mutuários dos conjuntos habitacionais; fim dos despejos; posse definitiva da terra para os posseiros; legalização dos loteamentos; e discussão de uma nova política habitacional com as Associações de Moradores e outras organizações da sociedade.

E favelas

Em sua carta à direção do BNH, a Famerj denuncia as favelas superlotadas e as insuportáveis condições de vida do povo trabalhador. "Nos conjuntos habitacionais", diz o texto, "as financeiras se enchem de dinheiro com o ciclo do despejo: despejam-revendem-despejam... numa maldita cadeia, pegando em cada revenda a poupança e o FGTS de uma família. Tudo à custa da habitação popular e sob a proteção do Sistema Financeiro da Habitação".

Encostada na parede pela série de denúncias apresentadas — uma delas a do despejo ocorrido no mesmo instante da reunião, num



Dois pagamentos por ano

Claudio M. Loetz

O problema da moradia assume proporções cada vez mais sérias no Brasil. Especialmente, nos grandes centros urbanos.

São Paulo tem 900 mil favelados, o que representa 10% da população. Em Salvador e Belo Horizonte essa proporção dobra. E no Rio de Janeiro cerca de um quarto do povo vive em favelas. Números assustadores e reveladores.

Enquanto isso, só em São Paulo, há mais de 200 mil pessoas esperando, na fila, para comprar, financiado, o seu imóvel pelos planos da Cohab. E, metade da área urbana do município de São Paulo é constituída de espaços vazios. São terras do Poder Público e de particulares, sem qualquer utilização, apenas alimentando o processo de especulação imobiliária.

"As favelas estão inchando pelo empobrecimento das cidades. Melhorar a qualidade de vida nas pequenas e médias cidades ajudaria a solucionar o problema da habitação." As afirmações são do arquiteto Jaime Lerner, reconhecendo a complexidade da questão.

O jogo do BNH

Após dezoito anos de exis-

conjunto do bairro da Abolição — a diretoria do BNH entretanto, nada definiu. Os diretores, comandados por Zhaven Boghossian, diretor de Habitação, falaram da crise econômica, da escassez de recursos e tentaram justificar a justiça do reajuste monetário dos financiamentos, em função da necessidade do equilíbrio do sistema que trabalha com recursos do Fundo de Garantia.

Porém, ao final da reunião o presidente da Famerj voltou a falar

tência, o Banco Nacional de Habitação continua incapaz de resolver a situação de milhões de brasileiros sem teto. Desviando recursos para a construção de elegantes prédios e luxuosas sedes de repartições públicas, deixou de atender ao povo como deveria.

E, agora, não contente com a massa de dinheiro do povo que administra, "bolou" outra forma de arrecadar mais, como confessou o diretor da área de programação habitacional do BNH, senhor Zhaven Boghossian.

No mês passado, o BNH mudou o cálculo do Coeficiente de Equiparação Salarial — CES. O que é o CES? É o percentual aplicado às prestações para compensar a periodicidade mais longa de sua correção em relação ao aumento trimestral da correção aplicada ao saldo devedor. Esse índice, esse percentual passa, agora, de 15% para 25% nos contratos de financiamento com reajuste anual. E diminui de 15% para 10% para aqueles que optarem pelo reajuste semestral.

Quer dizer: o mutuário do Sistema Financeiro de Habitação, se aceita essa nova fórmula, pagará um pouco menos por vez, mas pagará duas vezes num ano.

e disse que "é importante que a direção do Banco saiba que apreciamos o fato de sermos recebidos e termos até um canal como este para casos de emergência, como os despejos. Mas é importante também que o Banco saiba que as reivindicações que fazemos continuam na mesma e amanhã teremos novos despejos, novas financeiras mandando no sistema financeiro habitacional, teremos o grileiro nos terrenos de posse e tudo o mais que já foi relatado aqui e que ainda não será desta vez que terá fim".

Palanque

Corrupção

Funcionários do Cartório Eleitoral do Embu, em São Paulo, evidentemente obedecendo a ordens superiores, estão orientando os populares que os procuram para regularizar seus títulos eleitorais a se dirigirem ao diretório do PDS, o partido do Governo, que fica localizado ao lado.

O fato foi denunciado pela deputada Irma Passoni, do PT, que disse acreditar que o Tribunal Regional Eleitoral, ao saber do ocorrido, certamente tomará as providências necessárias para acabar com o abuso.

Libertação

Uma comissão de defesa dos direitos humanos dos povos da América Latina fez uma manifestação, na semana passada, diante do Consulado do Uruguai, entregando um abaixo-assinado no qual se pede a libertação de presos políticos que se encontram no país vizinho.

Bomba Atômica

No dia 6 de agosto, aniversário do lançamento da bomba atômica norte-americana sobre Hiroxima, no Japão, realizaram-se, em todo o mundo, diversas manifestações pacifistas contra o uso dos átomos para a destruição da humanidade. Em São Paulo e no Rio houve vários atos públicos.

Lavradores

Trinta e duas famílias de lavradores da Fazenda Vista Grande, do Vale do Ribeira, Município de Miracatu, no Estado de São Paulo, estão cobrando a promessa do general Figueiredo de garantir a terra para quem nela trabalha. Essas famílias estiveram na sede do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), em São Paulo, porque estão ameaçadas de despejo. Já entraram na Justiça, há tempos, pedindo a aplicação do usucapio em seu favor.

Mas, é claro, até agora nem Figueiredo, nem Incra e nem Justiça resolveram nada em seu favor.

Controle de dados

A Associação dos Profissionais de Processamento de Dados do Estado de São Paulo está divulgando um manifesto alertando sobre a utilização de computadores e dos modernos meios eletrônicos de coleta, guarda e classificação de dados, para fins politicamente condenáveis.

A Associação denuncia que o Governo Federal, através do Serrro — uma empresa pública ligada ao Ministério da Fazenda — está tentando cadastrar todos os eleitores, todos os filiados aos partidos, todos os diretórios políticos etc.. Diz a Associação que é favorável ao uso de computadores "desde que observadas as prioridades sociais e que se tornem efetivos mecanismos de defesa da sociedade".

TV E JORNAIS

Insatisfatórios os debates até agora

Mas é o que existe...

Enquanto nada se resolve sobre a propaganda gratuita no rádio e na televisão, os debates promovidos pelas próprias emissoras ou por jornais entre candidatos a governos estaduais continuam ocorrendo em vários Estados. Nos últimos quinze dias, eles aconteceram na Bahia (TV Aratu), Rio de Janeiro (no programa O Povo na TV, da TV-S) e São Paulo (no Programa Ferreira Neto, da TV-S), e, no dia 10, pela TV Globo e pelo jornal "O Estado de S. Paulo", para ir ao ar dia 14. Por diversos motivos, eles acabaram decepcionando os que os assistiram.

O horário em que esses debates vão ao ar, prejudica a audiência. Quando não são depois da meia-noite (como foi na Bahia e em São Paulo), são no período da tarde de dia de semana (no Rio de Janeiro), o que significa que a maioria absoluta da população não pode assistir os programas.

Brigas e ausências

Geralmente, as regras das discussões são estabelecidas pelos produtores das emissoras que acabam limitando muito as chances de exposição dos pontos de vista dos candidatos. Outras vezes, no entanto, a discriminação contra alguns partidos é evidente, como na Bahia, onde o PT só participou depois de vencer uma ação na Justiça e seu candidato Edival Passos só ficou sabendo dos temas que seriam tratados horas antes do programa enquanto os do PMDB e PDS sabiam dos assuntos há semanas.

Além disso, têm ocorrido outros problemas. No debate do Rio de Janeiro, por exemplo, o debate mais pareceu briga de rua, com acusações de baixo nível entre candidatos que têm problemas pessoais e os colocam acima dos políticos. Em São Paulo no Programa Ferreira Neto, os candidatos do PDS e do PTB simplesmente não apareceram, esvaziando muito as chances de discussões mais acaloradas: no debate promovido pelo "Estado", não apareceu o candidato do PTB.

Apesar de tudo, para o PT esses debates são importantes, porque

são das poucas chances que os candidatos do Partido dos Trabalhadores têm de aparecer na televisão e atingir maior número de pessoas.

O debate do Rio

"Eu acho que o debate não conseguiu aprofundar coisa nenhuma e que eu não me sei bem, não conseguindo expressar a proposta do PT." A afirmação é de Lysâneas Maciel, candidato do Partido dos Trabalhadores a governador do Rio, que na semana passada apareceu pela primeira vez num debate na televisão com os outros candidatos. Foi no programa "O Povo na TV", de Wilton Franco, que vai ao ar à tarde na TVS; o debate durou cinco horas e meia.

"O debate não me satisfaz porque aceitei as provocações — diz Lysâneas — principalmente do Brizola, e esta teria sido uma oportunidade para dizer que o PT é a melhor proposta porque é a que introduz o povo no processo político. Há aqui três partidos que são sublegendas do sistema — o PDS, PMDB e PTB — e os quatro partidos, incluindo o PDT, atendem aos esquemas do Governo de formar partidos tradicionais.

Intervindo poucas vezes e sempre apartado por Miro Teixeira e Leonel Brizola, que tentavam provocá-lo, Lysâneas foi, ao final do programa, acusado por Brizola — que depois não lhe deu o direito de resposta — de ter sido udenista e interventor na Ordem dos Músicos em 1964, e advogado de multinacional.

"Isso foi uma irresponsabilidade dele. Eu nunca fui advogado de multinacional, nem nunca fui udenista. Eu fui advogado do Ministério do Trabalho durante 30 anos mas não fui interventor na Ordem dos Músicos. Foi lá para realizar eleições e devolver a entidade a quem de direito. Havia irregularidades e um processo do Governo contra o maestro José Siqueira, por corrupção. Eu enceri o processo não porque ele não fosse culpado mas porque naquela época não havia direito de defesa.



Edival Passos e Lysâneas Maciel (Fotos: Miltom Guran/Agil).

Radio Peão

Ameaças

Francisco Machado trabalhou cinco meses como vendedor na gráfica "Rei dos Cartões", em São Paulo, sem ser registrado. Um dos clientes da gráfica deixou de pagar à empresa que descontou a dívida no salário de Francisco. Este reclamou e foi demitido. Foi à Justiça do Trabalho e acabou aceitando um acordo proposto pelo juiz. Na hora de pagar o acordo, o gerente da empresa ameaçou de morte o trabalhador.

Greve

Os empregados da Telefunken Rádio e Televisão Ltda., entraram em greve no final de julho, contra a ameaça de demissão de 600 companheiros. Depois de quatro dias, conseguiram acordo, na Delegacia do Trabalho, em que os demitidos seriam apenas 80, com direito a aviso prévio.

Professores

Cerca de vinte mil professores da rede oficial do 1º e 2º graus do Estado do Paraná entraram em greve de 24 horas, no final da semana, reivindicando aumento de 45% de salários.

Aprendizes

Depois de uma semana de greve, os aprendizes do Centro de Formação Profissional da Volkswagen do Brasil, em São Paulo, concordaram em voltar ao trabalho, obrigando a empresa a prometer criar centros de estágios para os recém-formados enquanto não aparecem as vagas de empregos para os quais esses aprendizes se especializaram.

Funcionários

Será mesmo nos dias 20, 21 e 22 deste mês o Primeiro Congresso dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo, convocado pela Federação Paulista de Servidores Públicos. Os funcionários públicos do Estado de São Paulo, que já participaram de três encontros estaduais e já entraram em greve duas vezes, estão dispostos a manter e aumentar a mobilização da categoria.

Demissões

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema acusou a Saab-Scania de demitir cem horistas, rompendo o acordo firmado no mês anterior de garantir emprego durante 120 dias a todos os trabalhadores da empresa.

Suspensão

A eleição da diretoria do Sindicato dos Eletricistas de Mato Grosso do Sul foi suspensa por sentença do juiz federal Otávio Figueiredo, que atendeu à liminar requerida por uma das chapas concorrentes.

Tamoio

Os 500 grevistas da Usina Tamoio voltaram ao trabalho, após obrigarem a empresa a readmitir 19 grevistas que haviam sido demitidos, e a pagar os salários atrasados.

Protesto

Metade dos quinhentos empregados da metalúrgica Fiel, em São Paulo, entraram em greve em protesto pela demissão de 160 companheiros. A empresa diz que pagou indenização aos demitidos e não pretende readmiti-los.

Mais demissões

No Rio, a Firestone encerrou suas atividades na fábrica de Nova Iguaçu e despediu 800 trabalhadores. Em Duque de Caxias, a Fiat demitiu mais cem operários. Desde o ano passado, já demitiu mais de seiscentos.

A demissão da Firestone foi feita com o auxílio de guardas de segurança da empresa, que foram enviados de Santo André para o Rio.

Enclat paulista aprova Congresso para este ano

Repúdio à manobra da maioria da Pró-CUT de adiar o I Conclat

A disposição de realizar este ano o I Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (I Conclat), de acordo com as resoluções da primeira Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras, de 1981, na Praia Grande, e a exemplo da maioria dos Enclats já realizados, foi a decisão tomada pelo plenário do II Enclat (Encontro Estadual das Classes Trabalhadoras) paulista, realizado nos dias 30 e 31 de julho e 1º de agosto, na Capital.

Para viabilizar essa proposta — aprovada por 367 votos contra 365 e muitas abstenções — o plenário decidiu apoiar a realização da reunião, já defendida pelos Enclats do Rio Grande do Sul e pela Comissão Estadual Pró-CUT de Goiás, para os dias 28 e 29 de agosto, em Brasília, com a participação da atual Comissão Nacional Pró-CUT. Nessa reunião, que também deverá ter a presença dos delegados eleitos pelos Enclats, será dado o encaminhamento visando à realização do I Conclat.

Apelo

Além de um apelo à direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) para que participe dessa reunião, o plenário aprovou, também, uma proposta que denuncia como ilegítima a reunião convocada pela Pró-CUT para os dias 11 e 12 de setembro, lembrando que o mandato conferido a essa comissão vence no dia 27 de agosto.

Foram essas, assim, as respostas dadas pelos sindicalistas de São Paulo aos que aprovaram a decisão de alguns integrantes da Pró-CUT, dias antes, de adiar o I Conclat para o ano que vem, à revelia do conjunto dos trabalhadores brasileiros, num golpe contra a sua necessidade de organização e mobilização.

Plano de lutas

No plano de lutas aprovado no II Enclat paulista incluiu-se a necessidade de unificação da luta contra a ditadura, pelo fim da Lei de Segurança Nacional (LSN), pela anistia aos dirigentes sindicais cassados e pela sindicalização dos funcionários públicos.

Como formas de luta e mobilização, os delegados aprovaram a realização de campanhas nacionais contra o desemprego, pela reforma agrária e pela unificação das bases das categorias afins. Decidiu-se, também, fazer imprimir um milhão de cópias contendo as resoluções do II Enclat Paulista para serem distribuídas em todo o Estado.

Contra o imperialismo

O plenário também aprovou propostas de apoio à filiação dos sindicatos a organizações internacionais, apesar da legislação em vigor proibir esses contatos.

Outras resoluções na área da questão internacional foram levar para as bases as discussões de caráter internacional, incrementar



O II Enclat paulista (Foto: Rosa Gauditano)

o intercâmbio entre os trabalhadores de empresas multinacionais, apoiar as lutas dos povos palestinos, da Nicarágua e El Salvador e combater o imperialismo, o colonialismo e o racismo.

Nova Comissão

Os delegados elegeram, ao final da plenária, a Comissão Sindical Única de São Paulo (CSU/SP) que ficou assim formada:

Jair Meneghelli (metalúrgicos São Bernardo), Gilmar Carneiro dos Santos (bancários São Paulo), Clara Ant (arquitectos São Paulo), Miguel Rupp (metalúrgicos Santo André), Valdir Carlos Ferreira (vidreiros São Paulo), José Luís Gonçalves (metalúrgicos São José dos Campos), Paulo Otávio de Azevedo Jr. (metróvários São Paulo), Manoel Lizan (metalúrgicos Itu), Waldemar Rossi (base, metalúrgicos São Paulo), Gumerindo Milhomem (Apeoesp), Antônio José Alencar Ferreira (petroleiros Campinas), Ginaldo Santos da Rocha (gráficos Santos), Paulo Skromov (coureiros São Paulo), Francisco Ivan Gutierrez Rodrigues (motoristas de ônibus São Paulo), Cid Barbosa Lima Jr. (engenheiros São Paulo), Bertolai (rurais Angatuba), Eli da Silva Ferreira (petroleiros Mauá), Edson Campos (base, bancários São Paulo), Vicente Paulo da Silva (metalúrgicos São Bernardo), Agenor Narciso (químicos ABC), Magno de Carvalho (Fepasp), Joel Alves (marceneiros São Paulo), Vidor Jorge Faria (rurais Araras), Osvaldo Cruz Jr. (motoristas de ônibus ABC) e Orlando Capacle Neto (metalúrgicos Ribeirão Preto).

Dois blocos

Mais uma vez, tal como já ocorreu na primeira Conclat, na Praia Grande, em 1981, dois grandes blocos se formaram, dividindo ao meio os delegados presentes ao II Encontro Estadual

Minas aprova adiamento

Por maioria, os delegados do Enclat de Minas Gerais resolveram apoiar a proposta de adiamento do I Conclat para o ano de 1983. A decisão da plenária mineira foi tomada sem que houvesse necessidade de contagem de votos.

O Enclat mineiro elegeu também a nova Comissão Estadual Pró-CUT, que terá como principal novidade a participação de seis regiões do Interior do Estado, que enviarão sempre dois representantes de cada uma, eleitos pelas próprias bases regionais: um dos trabalhadores rurais e outro dos trabalhadores urbanos.

A reunião nacional

No encontro de Minas Gerais, também foi discutida a questão da próxima reunião da Comissão Pró-CUT Nacional. Como se sabe, foi marcada a data de 11 e 12 de setembro pela própria Comissão, em Brasília. Mas os Enclats do Rio Grande do Sul e de São Paulo, e a Comissão de Goiás, não aceitaram a data, o local e os critérios de representação e convocaram outra reunião, para Brasília ou São Bernardo do Campo, nos dias 27, 28 e 29 de agosto, com a participa-

ção de 10 representantes de cada intersindical.

No Enclat mineiro um grupo propôs a convocação da próxima reunião para Belo Horizonte, nos dias 28 e 29 de setembro. Contudo, por 182 votos contra 128, a posição assumida pelo Enclat de Minas Gerais foi a de reforçar a decisão de realizar a reunião em Brasília nos dias 11 e 12 de setembro.

Divisão

Diversos líderes sindicais mineiros ressaltaram sua preocupação com uma possível divisão do movimento sindical. Foi também denunciado o caráter pelego e de cúpula da reunião convocada para Brasília, da qual participaram um representante de cada confederação e três de cada intersindical estadual, sendo um dos três de uma federação.

Segundo essas denúncias, a reunião de Brasília, se for realizada com esse tipo de critério de representatividade, pode significar o embrião de uma CUT calcada nas confederações e federações.

Participaram do Enclat de Minas Gerais 360 delegados e 97 observadores que representaram 100 entidades, sendo 52 rurais.

Petroleiros estão mobilizados no País

Assembléias nas refinarias, por salários

No ABC

A categoria dos petroleiros está se mobilizando em todo o País para a campanha salarial deste ano. A decisão de realizar assembléias em todas as refinarias brasileiras foi tomada depois que a Petrobrás se mostrou irreversível em sua posição de não aceitar nenhuma das reivindicações apresentadas pelos trabalhadores.

A Petrobrás recebeu os representantes sindicais no dia 5 de agosto e recusou todas as propostas. Para ela, as reivindicações de caráter financeiro não podem ser atendidas porque o orçamento da empresa já está fixado e não pode sofrer alteração, as de caráter social não têm fundamento, segundo ela, e as relativas ao índice de produtividade dependem de outros setores do Governo.

As reivindicações

As reivindicações dos trabalhadores são as aprovadas no Encontro Nacional dos Petroleiros, que se realizou em junho, na cidade de Belém. As mais importantes são: garantia no emprego, reajuste trimestral ou então quando o índice de inflação atingir 15%, não contratação de empresas locadoras de mão-de-obra, jornadas de seis horas de trabalho para o pessoal de turno e índice de produtividade de 15% mais o INPC.

Nem as principais reivindicações nem as secundárias foram levadas em consideração pela Petrobrás. Os sindicatos, além de decidir pela mobilização nacional da categoria, também emitiram uma nota de protesto pela posição da Petrobrás.

Em todo o País, as assembléias estão acontecendo após a realização de reuniões setoriais e a ratificação da posição do Encontro de Belém parece assegurada.

Oposição dos químicos preparada para eleição

"Redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários; estabilidade no emprego; férias remuneradas em dobro; eliminação da mão-de-obra temporária; adicional de 100% nas horas extras e criação de comissões de fábrica."

Esses são alguns dos pontos que irão constar do programa de trabalho da chapa de Oposição Sindical, registrada para concorrer às eleições no Sindicato dos Químicos do ABC, marcadas para os dias 5, 6 e 7 de outubro.

Autonomia sindical

Encabeçada por Agenor Narciso, diretor de Relações Públicas na atual gestão, a chapa pretende, ainda, lutar por negociações livres e diretas entre patrões e empregados. Defenderá também a liberdade e autonomia sindicais perante o Estado e os partidos políticos, embora pregando a política que interessa aos trabalhadores, ou seja: "Lutar pela revogação da Lei de Segurança Nacional (LSN), da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e pela construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT),

Estabilidade no emprego, aumento real de 15% acima do INPC nos salários e proibição de contratação de mão-de-obra temporária. Estas são as principais reivindicações que 6.700 trabalhadores do ABC paulista — entre bancários e petroleiros — preparam para negociar com os patrões até o próximo dia 1º. Ambas as categorias decidiram, em suas assembléias da campanha salarial, unir-se a outros sindicatos da mesma categoria, para conduzir unitariamente as negociações.

Os petroleiros — cuja categoria é composta por 700 funcionários de turno e administração da Refinaria Capuava, em Mauá — apresentaram sua pauta de reivindicações à Petrobrás em conjunto com outros 15 sindicatos de todo o País. As conversações iniciaram-se no último dia 5, aguardando-se contra-proposta da empresa.

A categoria reivindica também a redução do turno de oito para seis horas, reajustes trimestrais de salários (ou reajustamento quando a inflação somar 15%), exame médico demissional (para que trabalhadores doentes ou acidentados não sejam demitidos) e criação de comissões paritárias que se constituam em fórum de defesa para trabalhadores punidos por medidas disciplinares.

Os bancários do ABC negociarão em conjunto com os de São Paulo e de Campinas, já havendo reunião marcada com os banqueiros para o próximo dia 10. A pauta de reivindicações inclui ainda aumento do anuênio de 1221 cruzeiros para três mil e estabilidade no emprego para gestantes e trabalhadores enfermos.

pela base", segundo argumenta Agenor Narciso.

As eleições terão a participação de 7 mil trabalhadores químicos em condições de voto.

Líder da greve

No último pleito, realizado em 1978, Agenor Narciso, da chapa 2, já articulara uma chapa de oposição. "Acontece que, na época, as pressões patronais e as pressões dos dirigentes que se haviam perpetuado no poder, além das dificuldades referentes a recursos materiais, nos tiraram as condições ideais para disputar as eleições" — conta Narciso.

Houve, então, uma composição, já que Agenor Narciso havia sido o líder da greve dos 3.500 empregados da Fontoura Wyeth, onde trabalha.

"Aceitei participar da chapa única — disse Agenor — porque meu plano de trabalho foi aprovado pela situação. No decorrer do tempo, porém, notamos que nossa filosofia de trabalho era completamente diferente e que o sindicato era uma entidade assistencialista e ligada à classe patronal."

Agenda dos Trabalhadores

AGOSTO

* Interrogatório do deputado Freitas Diniz, do PT, no Supremo Tribunal Federal	19	Brasília	DF
* I Congresso dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo	20, 21, 23	São Paulo	SP
* Assembléia para criação da Associação Profissional dos Sociólogos de S. Paulo	20	São Paulo	SP
* Eleições no Sindicato dos Químicos de São Paulo	24 a 27	São Paulo	SP
* Reunião de Intersindicais Estaduais e Comissão Pró-CUT para preparar o I Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (I Conclat)	27 a 29	São Bernardo	SP
* Eleições na Associação dos Conferentes de Carga e Descarga do Porto de Santos	27	Santos	SP

SETEMBRO

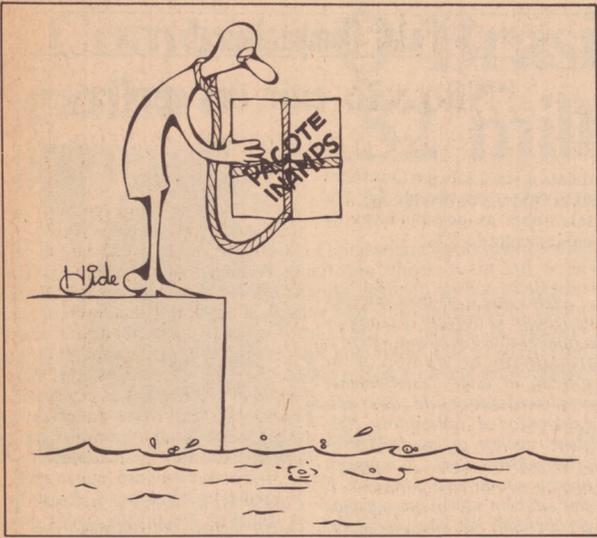
* Eleições no Sindicato dos Petroquímicos do Rio	2 a 4	Duque de Caxias	SP
* Data de reunião marcada por membros da Comissão Pró-CUT, após o encerramento do mandato da Comissão.	12	Brasília	DF
* Encontro Nacional dos Sem-Terra, no Centro de Treinamento Arquidiocesano	22 a 26	Goiânia	GO
* Encontro Nacional das entidades femininas "SOS"	25 e 26	São Paulo	SP
* VII Congresso Nacional de Aposentados e Pensionistas	27 a 30	São Paulo	SP

OUTUBRO

* Nova data do julgamento de 11 posseiros acusados de terem matado dois gileiros	13	Porto Nacional	GO
--	----	----------------	----

NOVEMBRO

* Eleições para governador, senador, deputado federal, deputado estadual, prefeito e vereador	15	Em todo o Brasil	
---	----	------------------	--



Aposentadoria sob ameaça do Governo

Autoridades querem impor a idade mínima

Depois do golpe do desconto da Previdência sobre os minguados vencimentos dos aposentados, o Governo parece estar preparando mais um atentado contra os direitos dos trabalhadores: a instituição de uma idade mínima para a aposentadoria.

Os primeiros boatos já estão circulando a respeito do assunto. Apesar dos desmentidos oficiais, os trabalhadores já começam a se preocupar e mobilizar, pois sabem muito bem que desmentido do Governo não é coisa para ser levada muito a sério.

Idade mínima

De acordo com as informações, só teria direito à aposentadoria quem tivesse entre 55 e 60 anos. O primeiro absurdo já começa por aí: pouquíssimos brasileiros trabalhadores chegam aos 60 anos de idade.

Com isso, o Governo, acabaria com uma grande parte dos aposentados de uma só vez, sem maiores esforços.

O pior, no entanto, é que há milhares de trabalhadores às vésperas de conseguirem sua aposentadoria após 30 ou 35 anos de contribuição à Previdência e que ainda não completaram 60 anos, pois grande parte deles começou a trabalhar ainda como menores de idade.

O exemplo do pacote da Previdência, aprovado por decurso de prazo graças à colaboração dos deputados e senadores do PDS, ainda está bastante fresco na memória dos trabalhadores. Eles sabem que toda atenção e mobilização são poucas diante dos artificios do Governo. Por isso, todos devem estar preparados contra mais esse golpe.

Tribuna Livre

O Pluripartidarismo e o PT

Eduardo Gomes Damasceno
Membro do Partido dos Trabalhadores. Filiado ao Diretório Distrital de Socorro, São Paulo.

Temos visto as "oposições" (PMDB) argumentarem que os votos estão sendo divididos, em benefício do Governo, com o surgimento dos pequenos partidos (mas significativos) após a "abertura".

Gostariamos, como eleitores que somos, de considerar o seguinte:

Dividir os partidos políticos em dois grupos (o que o PMDB tem feito com insistência), ou seja, partidos de situação e partidos de oposição, é ter uma visão falsa da realidade, encobrir um programa distorcido, ou não ter programa definido (talvez por falta de unidade, pois aquilo não é um partido, mas uma miscelânea). Uma das poucas coisas que a abertura nos proporcionou foi o pluripartidarismo, ou seja, o primeiro passo para a democracia, sem a imposição de "programas" falsos e distorcidos de partidos hegemônicos, monopolizadores de votos, pseudodenominados "oposição", e falando pela maioria.

Em outras palavras, não temos mais que aceitar o que nos empurram pela garganta abaixo (tínhamos apenas duas opções de voto), e não temos mais que escolher, dentre os péssimos, o menos ruim.

Isso significa que um dos passos dados em direção à democracia pelo pluripartidarismo, é a vantagem do voto, não em partidos (siglas) ou homens, mas em programas, metas e ideologias, o que tem sido ridicularizado, quando menos adiado pelos "ases" da "oposição". Na verdade estão tentando destruir a única vantagem expressiva que nós, eleitores, obtivemos com esse processo de abertura que caminha a passos de tartaruga.

Partidos que pensam e agem assim, não lutam pela democra-

cia, mas pelo poder. Condenam o pluripartidarismo dizendo que divide a "oposição" (um absurdo o valor que se dá à palavra oposição em detrimento da vontade popular manifesta através do voto em programas e idéias), como se essa autodenominada oposição fosse ansiosamente esperada pela grande massa esfomeada de trabalhadores, que não vê nela mais do que a continuação dos seus problemas e necessidades.

Além de desprezar programas e ideologias, e condenar a liberdade de voto tentando afastar do palco político os "novos" partidos, por serem, no seu entender, nocivos a um processo de democratização (que ainda não nos foi proposto), o PMDB quer por todas as formas convencer o povo brasileiro de sua legitimidade como partido de massas, quando não passa de um partido da burguesia, que nenhuma esperança nos suscita, mas não cessa de nos convidar a si, confiando talvez na nossa ingenuidade.

Afora essa panacéia política que é o PMDB, vemos também alguns pequenos partidos se precipitando sobre nós, defendendo programas e posições abomináveis, e partindo de teses ridículas, como faz o PTB, que ao ver a má gestão das empresas estatais (logicamente pela má administração, e não por serem estatais), defende sua internacionalização.

Companheiros! O PT tem como meta libertar o trabalhador da situação miserável em que vive, e tem programa, que além de objetivar a plena liberdade política de todos os cidadãos, é compatível com a nossa realidade e necessidade.

Não demos ouvidos à demagogia que anda arrotando vitórias pelos bastidores da política brasileira, e vamos, todos juntos, unidos pelos laços dos nossos ideais, lutar com dignidade e honra pelo que já nos está à vista: a "liberdade".

Javier: decisão em dias

Acusações são falsas

O processo contra o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Javier Alfaya, ameaçado de ser expulso do País, terá uma definição nos próximos dias, quando será julgado pelo Tribunal Federal de Recursos o mandado de segurança impetrado por seu advogado com vistas a possibilitar sua permanência no Brasil. Javier nasceu na Espanha, mas vive aqui desde os cinco anos de idade e, recentemente, teve seu pedido de naturalização negado pelo ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, que pediu sua expulsão sob a acusação de praticar "atividades subversivas".

Acusações falsas

O julgamento pelo TFR será decisivo, conforme explicou Luiz Eduardo Greenhalgh, advogado de Javier, pois em caso de decisão negativa, o presidente da UNE poderá ser expulso de imediato, independente do recurso que a defesa apresentará ao Supremo Tribunal Federal. A seu favor, Javier conta com sólidos argumentos jurídicos, que o beneficiam mesmo dentro da lógica da legislação arbitrária implantada no País.

"As acusações são completamente falsas, sob qualquer ponto de vista", afirma Greenhalgh, com veemência. "Como pode o ministro acusar alguém de subversivo, se contra ele nunca constou nenhum processo a esse respeito?"

Com a tentativa de expulsão de Javier Alfaya, o governo busca golpear toda a oposição, em particular o movimento estudantil, através da UNE. A situação de paralisia em que se encontra esta entidade nos últimos tempos impediu que houvesse, até agora, uma atitude firme e massiva dos estudantes em resposta a esse golpe.

Contudo, esse quadro pode começar a se inverter daqui por diante. O próximo passo, fundamental, será o Congresso da UNE, marcado para os dias 25, 26 e 27 de setembro, quando os estudantes poderão definir um novo rumo para sua entidade.

CORRUPÇÃO Prossegue escândalo da cana

Indícios apontados

Celso Horta

Depois do escândalo da mandiocca, uma das muitas "tetras" do Governo, chegou a vez dos que vivem de "chupar cana". E foi o deputado Eduardo Matarazzo Suplicy, do PT de São Paulo, quem trouxe a público alguns dos muitos detalhes envolvendo o presidente do PDS de São Paulo, deputado Armando Pinheiro, com o escândalo da cana em Santo Anastácio, uma pequena cidade do extremo oeste do Estado.

Salário de fome

Na região, os trabalhadores bóias-frias ganham um salário de fome na base de Cr\$ 700 a Cr\$ 600 por dia. Enquanto isso, denuncia Suplicy, Armando Pinheiro conseguiu obter um empréstimo junto ao Banco do Brasil de Cr\$ 295 milhões, que hoje valem Cr\$ 2,2 bilhões, para que um grupo de sócios montasse a destiladora de Alcool Vale do Anastácio; conseguiu também outros dois empréstimos do Banespa, que somam 30 milhões, em moeda da época, para plantar cana, tudo com taxas de juros favorecidas.

Suplicy mostra a forma como o Governo alicia apoio político. Distribui favores — diz o deputado — ora pelos bancos, ora por grupos comerciais e industriais. Isso explica como o Governo consegue fazer com que falsos opositores passem para o partido da situação, traíndo seus compromissos com o povo.

Mas as descobertas de Suplicy envolvendo Armando Pinheiro com o escândalo da cana vão mais longe. Há, inclusive — diz ele — indícios de irregularidades que justificaram representação que fez dirigida à Procuradoria Geral da República e ao Banco Central, pedindo providências legais contra o presidente do PDS.

Aumentam denúncias dos lucros com as doenças

Condenada a política do INAMPS e das empresas médicas

Em junho, foi feito um simpósio patrocinado pela Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados cujo tema principal foi a mercantilização da Medicina. Duas posições polemizaram a questão: de um lado, a Federação Brasileira de Hospitais e outros representantes das empresas de medicina de grupo, defensoras da lucratividade à custa da exploração dos médicos e da população; de outro lado, entidades representativas dos médicos e da sociedade civil, preocupadas com o estado caótico da Saúde no País.

Estas entidades propuseram alternativas para mudanças estruturais que beneficiem os profissionais e o povo, indo contra as posições das empresas e da Federação Brasileira de Hospitais, como no que diz respeito aos convênios com o Inamps, que as empresas fazem pressões para serem expandidos. No final, 15 sindicatos médicos do País, assinaram moção de repúdio à mercantilização da Medicina.

Outras reuniões

Em julho, dias 12 e 13, na PUC

de São Paulo, aconteceu o 2º Congresso Brasileiro da Pastoral da Saúde, com cerca de 300 agentes pastorais de todo o País. Na programação, houve um debate sobre a questão da Saúde, principalmente a privatização da Medicina. Os partidos deviam mandar representantes, mas só estiveram presentes PMDB e PT.

O representante do PMDB, deputado Doreto Campanari, criticou a corrupção e a ociosidade do Inamps. O médico Rodolfo Repulo Jr., da Assessoria de Saúde do PT, apresentou o relatório final do 1º Encontro Estadual de Saúde do partido, realizado em março. Nesse relatório é proposta a inversão das prioridades na distribuição das verbas orçamentárias, fazendo-se a priorização da promoção e da proteção da saúde, sem prejuízo da prestação de assistência médica.

Também foi criticada a privatização da Medicina, a má administração do Inamps, e foi afirmado que é fundamental estimular o controle popular sobre as questões e os serviços de saúde.

No dia 15 de julho, houve um debate no auditório do jornal "Folha de S. Paulo", com vários dirigentes de entidades sindicais médicas e representantes da Federação Brasileira de Hospitais e o ex-secretário estadual de Saúde, Adib Jatene.

Novamente foi feita a crítica ao sistema de empresas médicas, com finalidade puramente lucrativa, sem reparar que as doenças dos trabalhadores são direta ou indiretamente causadas pelas condições e relações de trabalho. Denunciou-se, ainda, que o exame pré-admissional feito pelas empresas seleciona os mais sãos, deixa os menos sãos em situação mais precária e aumenta o desemprego.

Finalmente, foi feita proposta pelo metalúrgico Clemitre Guedes da Silva, secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, para ampliação da rede de serviços públicos, com hospitais e centros de saúde distribuídos de modo a facilitar o acesso da população; fim dos convênios e do comércio com a saúde do povo e participação dos trabalhadores na gestão dos serviços médicos, pagos com o dinheiro do povo.



Solução

SANTOS

Autonomia já tem proposta concreta

PT lança candidatos; outros partidos, não.

Santos é uma cidade sem autonomia política desde 1969. Durante esses 13 anos, o tema da autonomia sempre foi explorado pelos políticos da cidade como forma de angariar simpatias e votos. Até os membros do partido do Governo diziam que a queriam de volta e participavam de atos públicos para reivindicá-la.

Agora, no entanto, já se pode saber quem de fato quer a autonomia. Um jurista da cidade, Sérgio Sérulo da Cunha, com o endosso de outros, como Hélio Bicudo e Dalmo Dallari, está defendendo a tese de que, com o fim do Ato Institucional nº 5, todas as medidas do Governo tomadas com base nele ficaram automaticamente sem valor legal. Inclusive o decreto que cassou a autonomia de Santos.

Partidos convocados
Sérulo da Cunha convocou os

partidos políticos a aderirem na prática à sua tese, através de convenções oficiais para lançamento de candidaturas a prefeito. O Partido dos Trabalhadores foi o primeiro a fazê-lo. Realizou sua convenção e escolheu Jessé Rebelo de Souza e José Antonio de Lima como candidatos a prefeito e vice.

O PMDB e o PDS não aderiram à tese. O candidato natural do PMDB, o ex-prefeito eleito e cassado Esmeraldo Tarquinio, preferiu não correr o risco da desaprovção da tese de Sérulo. Se isso acontecesse e ele tivesse sido candidato a prefeito, perderia seu lugar na chapa do PMDB para a Assembleia Legislativa. Além do mais, ele confia na vitória do PMDB para o governo do Estado e na sua nomeação para a Prefeitura de Santos.

ENGENHEIROS

Democratização para escolha da Federação

A consulta às bases deverá ser ampliada

As eleições deste ano para diretoria da Federação Nacional dos Engenheiros serão diferentes das anteriores. Numa decisão ousada, os participantes do II Encontro Nacional de Sindicatos de Engenheiros resolveram ampliar o processo de consulta às bases para a escolha dos novos dirigentes da Federação.

O atual presidente da Federação, João Eduardo Moritz, acredita que com essa decisão, a categoria dos engenheiros conseguiu um grande avanço em sua luta sindical e ajuda a superar, na prática, as amarras que impedem a realização de eleições livres e diretas para as federações nacionais de todas as categorias.

Como será

De acordo com a proposta aprovada no Encontro, a partir da sua realização os sindicatos têm um prazo de 60 dias para discutir em suas bases os critérios para a composição da nova diretoria da FNE. Os resultados serão analisados em assembleia geral extraordinária da Federação, com a presença dos presidentes de todos os sindicatos.

O Conselho de Representantes deverá apenas reconhecer e homologar as indicações feitas nos diversos Estados. Deste modo, sem desobedecer formalmente à legislação em vigor, os engenheiros dão um grande passo na direção de um processo democrático para escolha dos dirigentes de sua federação nacional.

Metodistas atualizam a política

A opção pelos pobres

Duas importantes Igrejas protestantes — a Metodista e a Presbiteriana — realizaram suas reuniões nacionais no final do mês de julho. Nos dois casos, questões políticas foram abordadas, com resultados diferentes: os metodistas assumiram posições muito mais avançadas politicamente do que os presbiterianos.

A reunião da Igreja Metodista do Brasil aconteceu em Belo Horizonte. Os metodistas têm hoje cerca de 100 mil fiéis em todo o País e têm tido destacada presença no campo da educação superior, mantendo diversas faculdades e universidades. O encontro da Igreja Presbiteriana do Brasil, com quase 240 mil adeptos espalhados pelo Brasil, foi em Goiânia e serviu para ampliar o número de "rachas" que caracteriza sua história entre nós.

Os metodistas fizeram um congresso em que a "opção pelos pobres" ficou evidente: recomendaram que suas instalações sejam cedidas para reuniões e manifestações comunitárias, que verbas sejam destinadas à educação popular, que suas escolas se dediquem à educação pré-escolar dos setores subalternos da sociedade. Além disso, condenaram a Lei de Segurança Nacional e apoiaram a luta do povo de El Salvador.

Os resultados do encontro apenas confirmam uma linha política progressista que já vem sendo desenvolvida pelos metodistas brasileiros, principalmente em suas instituições escolares.

Presbiterianos

Já a Igreja Presbiteriana do Brasil viveu um congresso marcado pela divisão. Mais um de seus ramos, representado por dez pastores do Rio de Janeiro, desligou-se dela, às vésperas da reunião. Trata-se da sexta divisão ocorrida entre os presbiterianos no Brasil. Os cariocas acusam a Igreja de uma posição política reacionária e autoritária que teria causado o afastamento de diversos pensadores brilhantes, informados com as posições conservadoras da cúpula presbiteriana no Brasil.



Petistas resistem à invasão da sua sede

Capangas de Figueiredo depredam material e faixas do PT

Em novembro de 1979 o general Figueiredo esteve em Florianópolis e quase apanhou. Não só porque a população está revoltada com a situação nacional, mas também por uma incrível homenagem que sua assessoria planejara, a um dos nomes mais odiados na cidade: o do marechal Floriano Peixoto que, em 1893, fuzilou 183 pessoas numa ilha, fato que passou a ser conhecido como "o massacre de Inhato — Mirim".

Agora, Figueiredo voltou à cidade para participar do lançamento de uma nova ponte Ilha-Continente, e da campanha do PDS no Estado. Mais uma vez deu-se mal: uma série de irregularidades cerca essa nova ponte, o que levou a Associação Catarinense de Engenheiros e o Instituto dos Arquitetos do Brasil a publicarem um documento de dez pontos, denunciando contratos realizados em gabinetes fechados, má localização da nova obra, erros na construção da ponte anterior.

"Quem será responsabilizado por esse novo erro?", perguntam as duas instituições. Para o início das obras serão gastos 300 milhões de cruzeiros. Se os engenheiros e arquitetos estiverem com a razão, é possível que mais uma ponte seja proposta dentro de alguns anos.

"Fora Figueiredo"

Essa palavra de ordem estava nos folhetos, cartazes e faixas que o PT de Santa Catarina preparou para a recepção ao presidente em sua viagem a Florianópolis e Joinville no meio da semana passada. E isso irritou profundamente a sua segurança pessoal. Dias antes da ida de Figueiredo à cidade, um grande esquema de segurança já havia sido montado com a ajuda de policiais a paisana, vindos de Brasília. O Governo temia que ocorresse manifestações populares iguais às de 1979, quando Figueiredo chegou a trocar sopapos com a população no meio da rua. Na verdade, havia gente torcendo por isso.

"É o que eu quero", disse um dos homens da segurança pessoal do presidente, identificado como coronel Taques.

Horas mais tarde, profundamente irritado com um manifesto do PT distribuído nas ruas, ele e mais três desconhecidos invadiram a sede do PT armados de facões.

"Não queremos nenhuma manifestação contra o presidente", disse um deles para a secretária que se encontrava apenas com mais uma militante na sede do partido.

Alguns minutos depois, após quebrarem cartazes, destruírem faixas e terem feito sua demonstração de força, saíram para o calçadão da rua Felipe Schmidt, onde o PT expõe, tradicionalmente, um mural de informações. Ali, na presença da população derrubaram o mural e sapatearam raivosamente sobre ele.

O incidente atraiu mais de uma centena de pessoas que testemunharam também a ostensiva exibição de armas que o grupo trazia debaixo dos paletós. Minutos depois, os agressores se retiraram sob o mais absoluto silêncio de pasmo da população. Eram quatro e meia da tarde de quarta-feira.

A resistência

Apesar de o nome presumível de um dos agressores — cel. Taques — circular livremente entre os jornalistas locais e de Brasília que cobriam o fato, nenhum jornal chegou a mencioná-lo.

No outro dia, pela manhã, ele não foi visto entre os quarenta policiais que mais uma vez investiram contra a sede do partido. Aparentemente o cel. Taques e a Segurança de Reserva do presidente (ou P 2) haviam transferido a tarefa para os policiais locais.

Às dez e meia da manhã, o candidato do PT a senador, Valmir Martins, junto com outros cinquenta militantes que se encontravam na sede do PT barravam já na escada os policiais que tentavam subir.

Um rápido diálogo foi presenciado pela imprensa, entre Valmir e o



A esquerda, de paletó escuro, o capanga de Figueiredo que tem o nome de coronel Taques. Foi um dos que comandou a invasão da sede do PT em Florianópolis.

Em 79, o repúdio popular

No dia 30 de novembro de 1979, no caminho do aeroporto Hercílio Luz até o centro de Florianópolis, percorrendo o bairro popular de Costeira do Pirajubaé, o presidente João Batista Figueiredo já percebia que sua visita não era bemvista pela população. Via mulheres colocando-se ao longo da estrada, mostrando as panelas vazias à sua passagem.

Um motorista de táxi perguntou: quem é o ministro da gasolina? E desfechou um tapa no ministro das Minas e Energia, César Cals, derrubando-o.

A polícia militar investiu contra a multidão. O presidente e sua comitiva voltaram ao Palácio. Lojas foram invadidas pela multidão assustada. Todas as faixas de saudação ao presidente foram destruídas. Foi destruída a placa que inaugurou em homenagem a Floriano Peixoto. Meninos desempregados, entre 16 e 18 anos, pequenos empregados de escritórios, passaram a depredar lojas.

Repressão

Em frente ao Palácio Cruz e Sousa, uma multidão de 4 mil pessoas. Entre elas, algumas portavam faixas de protesto: "O povo quer comer", "Abaixo a fome", "O povo unido jamais será vencido". Dentro do palácio o presidente assinava a cessação de títulos de posse de terra a 2.500 agricultores e convênio entre o BNDE e o Governo do Estado para implantação de um distrito industrial em Joinville. Ouviam-se lá de fora slogans ritmados: "abaixo a ditadura", ou ainda, "queremos comida".

Então governador Jorge Bornhausen, a quem era endereçada uma faixa, "Puxa-Saco", mandou que os alto-falantes dispostos ao redor do palácio passassem a transmitir marchas e palmas. Como os protestos aumentassem, o presidente foi até a sacada. Os manifestantes passaram a gritar: "cavalo, cavalo".

Figueiredo fez um sinal com os dedos, indicando que eram poucos que se manifestavam. Foi mal interpretado. A população entendeu que lhe era dirigido um gesto obscuro e revidou xingando a mãe de Figueiredo. Este desceu as escadas do palácio e se dirigiu a um grupo de manifestantes. Os seguranças tentaram impedi-lo. Manifestantes jogaram galhos e pedras. Os agentes de segurança investiram contra a população, que se afastou.

Avançou

O general Figueiredo resolveu manter o hábito — criado para cul-

tivar a imagem de "João, homem do povo" — de tomar cafezinho num bar das cidades que visitava. Foi ao Ponto Chic. Ali manifestantes voltaram a gritar slogans. Figueiredo encarou um manifestante a dois metros. Foi xingado. Figueiredo avançou sobre o rapaz. Os agentes o envolveram.

Um motorista de táxi perguntou: quem é o ministro da gasolina? E desfechou um tapa no ministro das Minas e Energia, César Cals, derrubando-o.

A polícia militar investiu contra a multidão. O presidente e sua comitiva voltaram ao Palácio. Lojas foram invadidas pela multidão assustada. Todas as faixas de saudação ao presidente foram destruídas. Foi destruída a placa que inaugurou em homenagem a Floriano Peixoto. Meninos desempregados, entre 16 e 18 anos, pequenos empregados de escritórios, passaram a depredar lojas.

No dia 4 de dezembro, apesar da proibição do secretário de Segurança, coronel Ari Oliveira, 7 mil pessoas se concentraram nas escadarias da Catedral para exigir a libertação dos estudantes presos. A PM varreu a multidão a golpes de cassetete e bombas de gás lacrimogênio. 14 pessoas foram atendidas nos hospitais da cidade com escoriações graves. Seis pessoas foram detidas. Cinco jornalistas foram agredidos, sendo que um deles foi deixado estendido na calçada seriamente ferido.

Os sete estudantes foram absolvidos na Auditoria Militar de Curitiba, por três votos a dois.



A fachada da sede do PT de Santa Catarina, com a faixa que irritou o Governo, o qual, em represália, mandou invadir a sede do partido.

delegado do Dops, Carlos Ribeiro, que comandava a operação.

"Se vocês saírem daí, eu mando prender", disse o delegado.

"Nós estamos fazendo campanha, como o Figueiredo" — respondeu Valmir, acrescentando: "A diferença é que nós fazemos campanha com o dinheiro do partido e o Figueiredo faz com dinheiro da Nação, com a corrupção." Mais tarde, o advogado Nildo Benetti conseguiu um habeas-corpus pre-

ventivo, garantindo o direito de ir e vir e desautorizando a ordem policial, e, com esse habeas-corpus, os petistas fizeram uma passeata pela rua Felipe.

Mas, antes que isso acontecesse, por mais duas vezes os quarenta policiais tentaram entrar na sede do PT. E só foram definitivamente embora quando a população começou a vaiá-los, ao mesmo tempo em que Valmir Martins discursava da sacada do prédio.

Fala, Companheira!

"Não vão cair do céu"

Vera Travain, 21 anos, é candidata a vereadora em Ouro Preto d'Oeste, em Rondônia. Ela fala sobre as possibilidades de crescimento do PT.



"Acho que é só uma questão de tempo. O homem do campo, a mulher e os filhos que vivem e trabalham no campo, e aí sofrem, já estão perfeitamente conscientizados de que são explorados e oprimidos. Ninguém melhor do que eles próprios sabem disso. E ninguém precisa contar isso para eles. E eles também sabem que a justiça e a liberdade não vão cair do céu. O que é preciso é criar, junto com eles, as condições para eles se organizarem."

"Eu entrei para o Partido dos Trabalhadores logo depois que ele foi fundado, aqui em Ouro Preto, que fica a 330 quilômetros de Porto Velho, na estrada

Cuiabá-Porto Velho, a BR-364. E, depois disso, não fiquei um dia fora das lutas. Onde vou, levo a mensagem do PT, que está contida em seus documentos básicos, no programa, no manifesto, no Estatuto, e na Carta e na Plataforma eleitoral. Mas o trabalho de conscientização não começa e nem acaba com as eleições."

CONVENÇÕES

Já foram aprovadas mais chapas do PT

Em Santa Catarina, Marlene Dezorz, pouco mais de vinte anos, filha de lavradores, empregada doméstica na casa da professora Clarisse Tessaro Zucco, recebeu da patroa uma proposta de emprego de professora, com salário de 25 mil cruzeiros. Marlene não aceitou. Foi despedida. Tudo para que desistisse de candidatar-se a vereadora pelo Partido dos Trabalhadores em Coronel Freitas, município do Oeste catarinense com 6.600 eleitores e 400 filiados ao PT.

A patroa de Marlene faz parte do diretório municipal do PDS, e, segundo ela, foi pressionada por um funcionário da Secretaria de Educação e candidato a vereador pelo PDS em Coronel Freitas.

Marlene era uma das 200 pessoas que domingo, dia 1º de agosto, em Florianópolis, participaram da Convenção Regional do PT que confirmou como candidato ao Governo do Estado de Santa Catarina Eurides Luís Mescolotto, trabalhador da indústria química, desempregado, ex-presidente da pastoral operária de Joinville; a vice-governador o colono Vitório Sisterenn; a senador, Waldir Martins, professor; a 1º suplente, Valdemiro Jochen, pedreiro; a 2º suplente, Paulo Bagatoli, motorista.

Prioridades

Convencionais e simpatizantes do PT, debateram seu programa de Governo, considerando prioritárias as questões referentes a desemprego, posse da terra, saúde e transporte coletivo. As contribuições para reformular o programa exposto deverão ser encaminhadas à Executiva até o dia 1º de setembro.

Foram definidos ainda os pontos que deverão nortear a campanha eleitoral: denunciar a corrupção e o uso da máquina administrativa para favorecer ao partido do Governo e, principalmente, salientar as particularidades da campanha do PT.

Os candidatos do PT não são políticos profissionais e muitos deles serão obrigados a continuar cumprindo sua jornada de trabalho. Estes candidatos são pessoas comprometidas com a organização e mobilização dos trabalhadores, único caminho de mudança efetiva da sociedade. Foi estabelecida como norma fundamental da campanha fortalecer os movimentos populares, assumindo suas reivindicações e estimulando a participação em sindicatos e associações.

No Rio

"Um, dois, três, quatro, cinco, mil! Queremos o PT governando o Brasil!" Uma grande vibração e a participação massiva de militantes e simpatizantes do partido marcaram a Convenção Estadual e a caminhada de lançamento das candidaturas majoritárias e proporcionais do PT, no Rio de Janeiro, nos dias 25 e 26 de julho. Lysâneas Maciel, candidato a governador reafirmou no seu discurso, ao final da Convenção, que "o PT não é o partido do futuro, como seus adversários fazem questão de propagandear; somos o partido do presente, estamos nos organizando para a vitória eleitoral e para a vitória po-

lítica, pois queremos eleger nossos candidatos e contribuir cada vez mais para o fortalecimento das organizações populares". Aplaudidos pela população, os candidatos do PT, no dia seguinte à homologação de seus nomes, fizeram comícios relâmpagos no Rio Branco, principal avenida da cidade, mostrando que a campanha do PT será "uma campanha de lutas, incentivando a mobilização da população, superando as barreiras econômicas com uma presença cotidiana no meio da massa", como apontou Vladimir Palmeira, candidato ao Senado.

A Convenção do PT do Rio de Janeiro teve a presidência do deputado estadual José Eudes e nela foram homologados também 32 candidatos a deputados federais e 31 candidatos a deputados estaduais. O PT concorre com chapa completa de candidatos a prefeitos e vereadores em 21 dos 64 municípios fluminenses, onde estão concentrados 80% do eleitorado de todo Estado. Wilson Farias, mecânico de refrigeração, militante sindical e comunitário, dirigente de movimentos de ação católica e de favelados, é o candidato a vice-governador. O suplente de Vladimir Palmeira na disputa do Senado é Luís Tenório, avista sindical da categoria dos médicos e uma das lideranças da grande greve com que a categoria retomou sua trajetória de lutas no ano de 1981.

Proposta definida pela coordenação Estadual da Campanha do PT fixou como objetivo dos candidatos do partido, uma vez definida oficialmente a chapa, manter uma presença constante nos quatro cantos do Rio de Janeiro, colocando a novidade da proposta do Partido dos Trabalhadores, "num Estado em que as classes dominantes contam com três sublegendas na disputa do Governo", conforme definição de Vladimir Palmeira.

Moreira Franco (PDS), Miro Teixeira (PMDB) e Sandra Cavalcanti (PTB), com seus correligionários, estão disputando os espaços políticos na base do poder econômico, veiculando caríssimas propagandas nos veículos de comunicação (Cr\$ 190 mil o segundo na Rede Globo de Televisão), enquanto o PT conta, basicamente, com a disposição de luta dos seus militantes para a implementação da sua campanha e a divulgação dos seus candidatos. A caminhada do dia 26, abrindo a campanha, com centenas de militantes no Rio Branco, exigindo "o fim da ditadura militar" e "pão, terra, trabalho e socialismo", e contando com expressivo apoio popular, mostrou, no entanto, que existem amplos espaços para o PT do Rio de Janeiro que vai ganhar a eleição à medida que for capaz de ampliar, durante a campanha, suas bases de sustentação no meio da massa, por demais desgastada com os vícios da política eleitoral. Tanto que, no pleito de 1978, no município de Nova Iguaçu, por exemplo, que é o 2º colégio eleitoral do Estado, os índices de votos nulos e brancos atingiram a margem de 50%, mostrando que o eleitorado estava à espera de uma nova opção política.



Cena da peça de Vianninha, em cartaz em São Paulo

Quem não está no Estado de Sítio

Uma peça quase inédita do moço Vianninha

Paulo José Moraes

Aderbal Júnior é um diretor muito premiado; desde 72, quando começou sua carreira teatral, dirige duas a três peças por ano, sendo seus trabalhos mais marcantes os da direção de "Corpo a Corpo", também do Vianninha, em 1975, e de toda a carreira de "Apareceu a Margarida", com a atriz Marília Pera, montada em 1973 no Rio, e remontada por todo o Brasil em 1978.

"Moço em Estado de Sítio" é um texto que estava perdido desde 65, quando foi escrito, aparecendo em 1977, por acaso, nas mãos de uma atriz. Nem a mulher do Vianninha sabia da existência desse texto. E foi ela quem se sensibilizou com a proposta desse grupo de atores, quando a procuraram para fazer essa montagem. Dos atores que formavam inicialmente o grupo, alguns estão nessa montagem, outros entraram depois.

Durante os ensaios, ninguém ganhou nada, e aí formaram uma cooperativa, onde existem 16 cotas, 13 para os atores, uma para o diretor, uma para o administrador e uma mais para as despesas legais de produção. Aliás, a produção é bem barata, e foi mais caro mudar cenários e tudo o mais do Rio para São Paulo. Por isso, ficando na realidade brasileira, podem cobrar um preço bem mais acessível para o público, sem lembrar as grandes suntuosidades dos teatros multinacionais.

A idéia da peça

A peça é mostrada sobre um cenário mutante, onde são retratadas cerca de 50 cenas, passadas em mais de 30 lugares diferentes, nos 3 atos da peça. E tudo mostra um talento incrível.

Diz Aderbal Júnior para quem quiser ouvir que a peça aí está, para ser percebida em níveis diferentes por cada um dos espectadores. Segundo o diretor, a informação maior vem de nossa vivência. Quanto mais o espectador estiver "sitiado", mais ele perceberá a peça, e por isso é que é um texto provocador, instigante, até mesmo para o jovem alienado. "Moço ..." dá o número de informações suficientes para provocar a reflexão em todos, pois ninguém assiste a um relato sem conexão com ele próprio, com a sociedade em que vive.

Como diz o diretor Aderbal Júnior, a peça se localiza na hora jota, ou seja, aquela situada entre o Governo de Juscelino, passando por Jânio e chegando até o tempo de Jango.

Numa casa suburbana, Cristóvão, funcionário público, dedica-se a cumprimentar por telefone os figurões que aniversariam ou que fazem bodas de prata, ou dar pesames para quem perdeu algum parente.

Sua mulher Cota assiste a tudo passiva e impotentemente.

Sua filha Lúcia lê revistas, sonha e engravida, levando o pai ao desespero.

O filho, Lúcio, faz teatro, luta por suas opiniões, apaixonou-se pela mulher do amigo, enfim, vive com todas suas contradições, até que, pouco a pouco, vai sendo preso aos laços fortes e terríveis do sistema, até ficar tolhido e sem forças, como só quem está em estado de sítio pode estar.

"Moço em Estado de Sítio" é enfim um texto absolutamente necessário para todos que desejam uma sociedade livre e independente.

Quem foi e o que fez

Oduvaldo Vianna Filho, o Vianninha, morreu no dia 16 de julho de 1974. Tinha começado sua carreira artística como ator, fez parte do Teatro de Arena ao lado de Guarneri, Nelson Xavier e outros.

Como autor teatral, estreou em 1959, com a peça "Chapetuba Futebol Clube", com a direção de Augusto Boal. Fundou o CPC (Centro Popular de Cultura), na UNE, e foi uma figura de destaque no Grupo Opinião, junto com Ferreira Gullar, Paulo Pontes, João das Neves e outros. Escreveu para a televisão Casos Especiais e "A Grande Família".

Ganhou o prêmio "Casa das Américas" em 1963 com sua peça "Quatro Quadras de Terra", e com "Papa Highirte" e "Rasga Coração" o primeiro lugar do Serviço Nacional de Teatro (SNT), em 1968 e 1974 respectivamente, sendo essas duas peças proibidas imediatamente pela censura, só sendo encenadas após sua morte.

Recebeu duas vezes o Prêmio Molière com "Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come" e "A longa noite de Cristal".

Esta peça, "Moço em Estado de Sítio", estava inédita até 26 de novembro de 1981, quando estreou no Rio de Janeiro, sob a direção de Aderbal Júnior, e ganhou o Prêmio MEC como uma das cinco melhores peças do ano, o Prêmio Mambembe de melhor peça e dois Prêmios Molière, Melhor Autor e Melhor Direção. Isso tudo com apenas um mês em cartaz no Rio. Ficou em exibição até o final de julho deste ano, e estreou agora em São Paulo, com o mesmo elenco do Rio, com quatro modificações, inclusive a presença da atriz Ruthinéa de Moraes, muito premiada em São Paulo.

Os outros atores são: Alfredo Ebasco, Cláudia Duarte, Alexandre Vieira, Fernando Carvalho, Expedito Barreira, Fred Gouveia (fazendo o personagem principal), Kinha Costa, Almir Martins, Luis Mendonça, Cristina Negro, Gê Menezes e Márcia Matepi. Os figurinos são de Colmar Diniz. Está em cartaz no Teatro TAIB, no Bom Retiro, na rua Três Rios.

Assine o Trabalhadores

- ☐ Cr\$ 1.000,00 por 24 números
☐ Cr\$ 500,00 por 12 números

Nome

Profissão Idade

Endereço (rua, número)

Cep Cidade Estado

Assinale o tipo de assinatura que você quer e envie este cupom juntamente com um cheque nominal em nome de Perseu Abramo. Remeter para **Jornal dos Trabalhadores** — ASSINATURAS — Rua Andréa Paulinetti, 558, Cep 04707, São Paulo, SP. Tel.: 531-0618.

O mundo da Copa e a resposta

Não são apenas os brasileiros que se ocupam e preocupam com o futebol

Carlito Maia

É claro que eu não iria tomar o tempo de vocês, nem muito menos desejar ocupar também um precioso espaço nesse jornal para tratar do assunto "Copa do Mundo", já um tanto fora de moda, graças a Deus e a Marx.

No entanto, eis que me chega o nº 37 de "JL", de Lisboa, o Jornal de Letras, Artes e Idéias, edição de 20 de julho a 2 de agosto de 1982.

E não é que o "JL", até ele, aborda o "Mundial de Futebol", em artigo assinado por José Cardoso Pires?

Antes, porém, de transcrever o trecho final do belo artigo do José Cardoso Pires, eu gostaria de dizer que o "JL" é leitura exigível para quem deseje saber o que vai pelas letras, artes e idéias lá em Portugal. A assinatura, para o Brasil, via aérea, custa mil e oitocentos escudos por um ano e 950 por seis meses. Dirigir-se a Publicações Pró-jornal, Ltda., rua Rodrigues Sampaio, 52 - 2º - Lisboa 1000, não há de que. Agora, ao que interessa (interessa?):

A laranja mecânica

"Ficou bem à vista que neste campeonato a bola era de cabedal por fora e laranja valenciana por dentro, em proporção multinacional. Esta definição emblemática, assim logo no rosto e sem ambiguidades, é a meu ver saudável porque situa o planeta do futebol nos interesses que gravitam à volta dele. Serviços, divisas, industriais, investimentos municipais, tudo isso joga por fora, como se sabe. E não há que escondê-lo. Não é por aí que vêm mal ao futebol.

O mal vem, e nem sempre, da manipulação política que os governos de má consciência pretendem fazer dele. Em cada mundial desportivo há sempre um diabo a espreitar a taça.

Prepara-se para a usar como um prestígio da menfira: o desporto como falsificação ideológica. Vimos isso aqui em casa, nos tempos do outro Professor, quando foi inaugurado o Estádio Nacio-

nal e o Professor de então mandou distribuir papelinhos a dizer que no Portugal dele é que era bom e na Rússia não havia futebol. Aconteceu isso nos Jogos Olímpicos de Berlim quando Hitler se serviu dos atletas para dizer que era chefe duma raça superior. Aconteceu quando o general Videla subiu à tribuna do Mundial 78 para falar de paz em nome duma Argentina sem Direitos Humanos. É este o jogo do diabo: usar a verdade da vitória desportiva como um prestígio e uma absolvição da mentira política.

As Malvinas

Até neste capítulo o Mundial 82 foi uma festa feliz. É que dificilmente se pode esquecer a imagem de duas faces dos estádios chilenos e argentinos: campos de futebol por um lado, campos de

concentração por outro. Foi deles que partiram para a morte e para as prisões milhares e milhares de cidadãos. E os carrascos continuam no Poder, os sangrentos generais da Casa Rosada. São os mesmos que encabeçaram a chacina, lado a lado com Videla.

Mas desta vez o diabo não tirou dividendos. Com o sacrifício embora do onze de Menotti a grande vitória de todos nós foi a derrota dos generais que se preparavam para ganhar em Espanha a guerra que perderam nas Malvinas.

Repito, uma festa de alegria e de verdade este Mundial de 82. Depois do bom futebol não ficou a má consciência a pairar sobre os estádios.

E, concluo eu, ganhou a Itália, hoje quase que um modelo de Democracia. Para encerrar, a única frase, digo, resposta inteligente dada por um de nossos jogadores no regresso ao Brasil.

O repórter do "Estadão" perguntou ao Sócrates:

"Faltou alguma coisa em matéria de tratamento, conforto, mordomias, atendimento atlético e médico, alimentação, transportes, bichos, etc.?" (Reproduzo aqui a pergunta de memória, pode não ter sido formulada com estas palavras, mas o sentido era este mesmo, garanto.)

Resposta do Sócrates: "Não, não faltou nada disso."

E o repórter, insistindo: "O que faltou, então?", ao que o craque do Corinthians matou no peito, baixou na terra e concluiu de bate-pronto:

"Faltou ganhar da Itália."

Elementar, né my dear Telé?

É isso aí que eu queria acrescentar sobre a tal de Copa do Mundo 82, que a terra lhe seja leve. PT saudações.



TIRANDO O SARRO

Enfim...

Na economia está o Delfim, na justiça o Abi Ackel, que é Ibrahim; em São Paulo, o Maluf é Salim, José Maria é Marin e ainda tem o Calim, a Rede Globo fazendo plim-plim iludindo a você e a mim.

Meu Deus, quanto "im" tem esse grupo chinfrim que planejou tintim por tintim pra coisa ficar assim.

Eta, rima ruim, é melhor chegar ao fim e dizer logo pra que vim: chega de dizer sim, tá faltando um motim!

MB

Beleza de salário

Em maio, quando o salário mínimo foi para menos de 17 mil cruzeiros, o Governo disse que isso dá pra viver muito bem. Os puxa-sacos, os maluf e os vários tipos de exploradores dirão até que é demais. Com esse dinheiro todo, os trabalhadores vão ficar é muito ricos, etc. e tal.

Então lá vai uma sugestão: já que acham que esse dinheiro é bastante, o que acham de pagar ao presidente da República, ministros, governadores, secretários, prefeitos, militares em geral e outras autoridades essa baita grana que é o salário mínimo?

Mouzar

Papagaio!

Zeca, que além de pescador é caçador e diz que nunca em sua vida contou uma mentira, depois de passar um dia no mato, contou como foi:

Já tinha andado umas três horas com a espingarda na mão e nem tinha visto nada, bicho nenhum.

Aí resolvei: o primeiro bicho que aparecer, seja macaco, seja rato do mato ou passarinho, eu passo fogo pra tirar esse azar.

Quando estava no meio de um pasto, Zeca viu um papagaio que vinha voando muito depressa e pensou: "é esse mesmo."

Mas, olhando melhor,

viu por que o papagaio estava voando tão depressa:

Tinha um gavião voando no calcanhar dele. Ele tava era fugindo. Aí resolvei matar o gavião e deixar o papagaio.

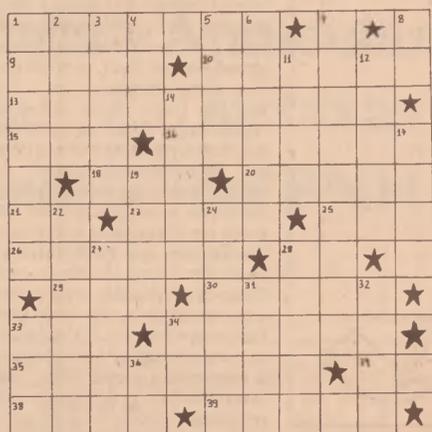
Disse o Zeca que armou a espingarda, mirou bem e mandou bala. O gavião caiu e o papagaio continuou voando, fez uma volta e passou perto de um mato "lá longe". Então, um bando de papagaios saiu atrás dele, voando alto.

Quando estavam bem em cima do Zeca, abaixaram de uma vez, num vôo rasteiro e gritaram todos juntos, agradecidos:

— VIVA O ZECA!
Mouzar

PASSATEMPO

Palavras Cruzadas



Horizontais:

- Preço cada vez mais alto que se paga para se morar numa casa.
- Dez pessoas ficam correndo atrás dela durante 90 minutos.
- Nomeado por magistrado e não por lei.
- O que a gente toma para não sentir dor-de-cabeça na hora de pagar as contas.
- Substância branca usada, por ser mais barata, na pintura de casa de trabalhador.
- Doença proveniente de inflamação na articulação.
- Quando não é cá nem lá.
- No jogo de xadrez, colocar a torre na casa vizinha à do rei.
- Forma reduzida do verbo estar.
- Negro, escuro, tenebroso.
- Sigla: Liga dos Rapazes Argentinos.
- Agente secreto, dedo-duro, denunciador.
- Praça que representa o marco zero de São Paulo e onde o pessoal se reúne para protestar.
- Pinta redonda, ponto.
- Caverna natural ou artificial.

- Quando você não está com, está...
- Voar com lentidão.
- Aquele que arpoa.
- Não está lá.
- Cantigas populares em honra aos santos.
- O mesmo que alado.

Verticais:

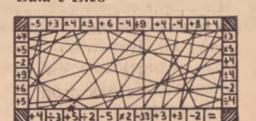
- Fruto cuja polpa encerra 20 a 25% de óleo, usado em perfumaria.
- Ausência de palitos nas mãos dos jogadores.
- Interjeição de alegria.
- Cantora; seu segundo nome é Costa.
- Ponta-esquerda da Seleção.
- Depósito em ouro que serve de garantia ao papel-moeda e que o Brasil tá com pouco.
- Veículo montado em duas rodas e que não bebe nada.
- Marido da vô.
- Aquilo que a Rota anda dando a torto e a direito.
- O Pelé falou que o brasileiro não sabe...

- Bufunfa, grana, dinheiro.
- Manter garrotes de um ano no pasto até a idade da engorda.
- Reynaldo de Barros e Maluf são da mesma...
- O que não é liso.
- Fazer-se rogar.
- Ostentação, grande luxo, gala...
- Coça, esfrega, biaba...
- Sobrenome da atual namorada do Roberto Carlos.
- É para ser usado com a flecha.
- Cloreto de sódio.
- Ferramenta para trabalhar a terra.
- Plural de o.

Resposta do nº 9

Quais são os nomes?

Lula e Zico



Gaúchos tem dia de luta

O 25 de julho — dia do trabalhador rural — foi comemorado em vários Municípios

PORTO ALEGRE — Nos últimos anos tornou-se tradição no Rio Grande do Sul os trabalhadores rurais confraternizarem no dia 25 de julho — seu dia — num clima de "luta e luto", conforme explicam dirigentes sindicais.

Este ano, mais de 25 municípios realizaram concentrações, organizadas pelos sindicatos de trabalhadores rurais e pastorais rurais da Igreja Católica. Os momentos mais empolgantes das concentrações aconteceram durante a realização da Tribuna Livre — espaço reservado para as manifestações dos representantes de comunidades e delegações presentes — onde os trabalhadores expõem suas reivindicações, previamente discutidas nos núcleos, e fazem suas denúncias e reclamos.

Um balanço do dia 25 aponta como principais reivindicações dos trabalhadores rurais gaúchos as seguintes: preços justos para seus produtos; previdência rural equiparada à urbana e aposentadoria de um salário mínimo para o homem e mulher rural, aos 60 e 55 anos de

idade, respectivamente; crédito fundiário para os colonos sem terra; preço justo para o leite e revisão da política leiteira no Estado e freio ao alto custo dos insumos agrícolas.

Ronda Alta

Duas manifestações no dia 25 de julho lembraram a passagem do Dia do Trabalhador Rural no município de Ronda Alta. Uma promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que reuniu pouco mais de 150 pessoas, entre dirigentes sindicais, políticos e autoridades, para comemorar, com um "suculento churrasco", a posse da nova diretoria da entidade. Sob o protesto dos agricultores que denunciaram para "onde vai o dinheiro do associado". A outra, organizada pelos trabalhadores rurais das comunidades de base, oposição sindical e agricultores sem terra, reuniu mais de três mil pessoas no acampamento de Nova Ronda Alta.

As 10 horas da manhã, uma multidão de pessoas representando

trabalhadores rurais e urbanos concentrava-se à entrada do acampamento para dar início à "Caminhada pela Terra" até o Centro Comunitário, onde, mais tarde, foi realizada a concentração. Durante o trajeto foram realizadas quatro paradas simbolizando os maiores problemas dos trabalhadores rurais. Entre eles o da terra.

No Rio Grande do Sul, conforme os agricultores, são 20 milhões de hectares, sendo que 76% estão nas mãos de apenas sete mil famílias. Existem no Estado 300 mil famílias minifundiárias e 130 mil famílias de sem-terras. Enquanto mais de 150 mil hectares estão nas mãos de estrangeiros, como é o caso da Fazenda Santa Rita, de propriedade de uma empresa italiana, localizada há pouco mais de mil metros do acampamento dos sem-terra, separada apenas pelas águas de uma represa. A consequência da concentração da terra é a migração rumo às cidades e outros Estados, que levou 700 mil pessoas, entre 1960 e 1970 a abandonarem o campo gaúcho e

cerca de um milhão e 400 mil entre 1970 e 1980.

À tarde, após o almoço comunitário, foi aberta a tradicional Tribuna Livre — espaço reservado para as manifestações. O representante dos agricultores sem terra, Gelson Ceretta, lamentou o fato de ter sido frustrada a "última tentativa de conversa com o Governo". Segundo ele, sete representantes do acampamento estiveram recentemente em Porto Alegre tentando uma entrevista com o governador Amaral de Souza, mas só conseguiram falar com o secretário da Agricultura que atendeu a algumas das reivindicações dos agricultores, como o fornecimento de arroz e leite mais barato, através do Instituto do Arroz e Companhia Riograndense de Laticínios.

Gelson Ceretta denunciou, ainda, que o Incra e a polícia tentaram corrompê-lo. Segundo suas afirmações, um tal major Cairo, da Brigada Militar, foi um dos homens que tentou o suborno, oferecendo muito dinheiro e terras ao colono em troca de acusações contra a Igreja e os agentes de pastoral.

JORNAL DOS Trabalhadores

ANO I — N.º 10 — Quinzenal — 13 de agosto de 1982 — Cr\$ 50,00.



Famílias acampadas no Jardim Boa Vista (Foto: Lailson Duarte)

Jardim que é campo de concentração

Em Goiânia, famílias pedem auxílio

Em Goiânia (GO), cerca de 3.500 famílias vivem mais um dramático caso de ocupação de terras, que já causou pelo menos uma morte. São famílias que ocupam o Jardim Boa Vista, uma área de 27 alqueires, na capital de Goiás, abandonada há anos e sem nenhuma benfeitoria.

O terreno foi ocupado pelas primeiras famílias no dia 7 de junho. Já eram cerca de 500 apenas dois dias depois, todas construindo suas habitações e tentando estabelecer suas vidas. Mas logo vieram os jagunços de alguém que se dizia dona do Jardim Boa Vista. E, em seguida, a polícia, com sua violência espalhando pavor e fome.

A primeira morte

A primeira morte ocorreu quando um morador de um bairro

vizinho, chamado Joel Marcelino de Oliveira, tentou fotografar as agressões que a polícia praticava contra as famílias do Jardim Boa Vista. Os policiais tentaram tomá-lo a máquina, Joel fugiu e foi alvejado pelas costas com dois tiros.

Depois deste incidente, a repressão só aumentou. Ao mesmo tempo, no entanto, aumentava o número de pessoas vivendo na área e a organização e a resistência dos ocupantes. Até um major, chamado Ruy, foi deslocado para a área para fazer promessas falsas e intimidar as famílias.

A Comissão de Moradores está pedindo solidariedade e auxílio aos trabalhadores de todo o Brasil. Seu endereço, para qualquer contribuição, é Caixa Postal 15.288 — 74.000 — Goiânia—GO.

Adiado julgamento dos onze posseiros

Os réus foram, mas a promotora não

Foi adiado para o dia 13 de outubro o julgamento — que deveria ter sido realizado dia 9 deste mês — de onze posseiros goianos acusados de terem matado dois grileiros.

Esse não é o primeiro adiamento. Embora os fatos tenham ocorrido em agosto de 1979, o primeiro julgamento, pela Justiça Comum de Porto Nacional, em Goiás, fora marcado para abril deste ano.

Mas a promotora Marilena Alves de Oliveira não compareceu, e o julgamento foi adiado para o dia 9 de agosto.

Destá vez também não compareceram nem a promotora e nem os jurados — por ela antecipadamente

avisados de que não deveriam comparecer.

Na hora do julgamento só lá estavam os onze posseiros — que tiveram de fretar um caminhão para ir da Fazenda São João a Porto Nacional, distante 60 quilômetros — e assim perderam a jornada de trabalho e os gastos da viagem.

O juiz João Rodrigues da Silva só chegou ao Fórum uma hora depois do prazo marcado e adiou o julgamento.

Há três anos que os posseiros vivem em sobressaltos, e sem qualquer segurança, tendo de comparecer diversas vezes ao Fórum para prestar depoimentos.

O castigo e a impunidade

Marcos Aurélio Ribeiro

Desde 1972, oitenta famílias de antigos posseiros vêm sendo ameaçadas em Porto Nacional, interior de Goiás, pelo grileiro Guilherme Dacier de Santana, residente em Goiânia.

No começo de 1979, com o apoio de autoridades locais, quatro famílias foram expulsas das terras que ocupavam. Em função disso, no dia 6 de julho de 1979, trinta e seis posseiros deslocaram-se até Goiânia, distante de Porto Nacional 800 quilômetros, para uma audiência da ação discriminatória. A audiência, porém, não se realizou, tendo sido adiada para o dia 7 de maio de 1980.

A morosidade da Justiça, aliada à conivência das autoridades locais, incentivou a arbitrariedade e a violência dos grileiros. No dia 18 de agosto de 1979, um grupo de jagunços a mando do grileiro Guilherme Dacier de Santana, acompanhado por seu advogado, Edmilson Menezes, incendiou duas casas de posseiros. No dia 21 de agosto, nova tentativa foi feita, esta vez contra uma casa que servia de armazém de cereais. Os posseiros resistiram e, na luta

que se seguiu, dois dos jagunços pagaram com a vida.

O inquérito

O inquérito instaurado pelas autoridades locais, as mesmas que haviam feito vistas grossas às ameaças e violências praticadas pelos grileiros, terminou por indicar 11 posseiros, que agora estão para ser julgados. O julgamento de Porto Nacional mostra como é mais importante o poder do dinheiro que o poder da Justiça.

Ao mesmo tempo que esses companheiros correm o risco de ser jogados na cadeia, circulam impunes os assassinos do lavrador Raimundo Ferreira, candidato a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia; de Avelino da Silva, delegado sindical do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém; do advogado Gabriel Sales Pimenta, de Marabá; e do lavrador Wilson Pinheiro de Souza, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Acre, e também os pistoleiros que invadiram e incendiaram a casa das Irmãs Lourde e Nicole, da Comissão Pastoral da Terra, em São Sebastião do Tocantins, no norte de Goiás.

A farsa do protesto dos patrões

O movimento dos agricultores marginalizou os trabalhadores rurais

No dia 27 de julho último, 30 mil produtores rurais gaúchos, em sua maioria pequenos proprietários, realizaram concentrações de protesto exigindo o cumprimento de sete reivindicações básicas: liberação dos financiamentos de EGF (Empréstimos do Governo Federal) para soja e arroz; a permissão para médios e grandes produtores retirar o equivalente a 100% do VBC (Valor Básico de Custeio), nos empréstimos e não apenas 70 e 55%; redução dos juros de 45 para 35% aos pequenos proprietários; suspensão da cobrança de juros e correção monetária para os médios e grandes produtores que ainda não pagaram o empréstimo do ano passado; reativação do crédito de custeio aos pecuaristas e revisão dos VBCs (Valores Básicos para Empréstimos de Custeio).

A decisão de realizar as concentrações ocorreu numa reunião, no último dia 16 de julho, entre 80 diretores de cooperativas agrícolas do RS e posteriormente endossada pelas Federações das Cooperativas de Trigo e Soja (Fecotrigo), arroz (Fearroz), carne (Fecocarne), lã (Fecolan) e, ainda, pela Federação dos Sindicatos Patronais (Fai Sul) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag). O movimento contou, também, com o apoio do Sindicato das Indústrias de Óleo Vegetal, Sindicato das Indústrias de Fertilizantes, Sindicato das Indústrias de Máquinas e Implementos Agrícolas e do próprio Governo Estadual que, através dos seus secretários, se manifestou solidário às reivindicações dos produtores gaúchos, mas condenou a forma de manifestá-las.

Trabalhador, não

Nas concentrações falaram dirigentes cooperativistas, autoridades municipais e políticos, menos sindicalistas rurais e, tão pouco, trabalhadores.

No Município de São Sepé, por exemplo, região da fronteira, falaram os candidatos ao governo do Rio Grande do Sul pelo PMDB, senador Pedro Simon e Alceu Collares, do PDT, acompanhados do Presidente da Fecotrigo, Jarbas Pires Machado. Protestaram diante de 4 mil pessoas contra a política agrícola do Governo.

Já na cidade de Panambi, foi a vez do candidato do PDS gaúcho, o ex-ministro Jair Soares, que falou para 3 mil produtores rurais, afirmando que "o PDS não é o Governo" e que na sua administração não aconteceriam tamanhas injustiças contra o produtor rural. Resultados do "dia de protesto": O Governo Federal liberou uma verba de 20 milhões de cruzeiros para os financiamentos na comercialização da soja e arroz.

Em cidades como Santa Rosa,

de 13 sindicatos e mais de dez cooperativas, as direções do movimento não conseguiram reunir mais de três mil pessoas. E tiveram medo de que a massa tomasse as ruas e transformasse o protesto contra a política agrícola no que foi o movimento de 1980, que derrubou o confisco da soja imposto pelo ministro do planejamento, Delfim Netto. Nesta cidade, as lideranças das cooperativas prometeram reunir mais de 15 mil trabalhadores do campo. Mas quando se deram conta de que tal número de agricultores transformaria a reivindicação dos patrões e barões do meio rural, em um movimento que atentasse os seus interesses, recuaram.

Assim, estes dirigentes lotaram meia dúzia de ônibus e concentraram os quase três mil trabalhadores em um ginásio de esportes. Lá

aconteceu o que se esperava: os trabalhadores rurais entraram em silêncio. E em silêncio permaneceram o tempo todo, observando os dirigentes patronais a discursar. A manobra foi tão grande que teve até presidente de cooperativa falando em nome de trabalhador. Após o terceiro discurso, os colonos não se agüentaram. Começaram a sair do estádio reclamando: "Eles não têm autoridade para fazer esse discurso. As cooperativas nos cobram até 75% de juros em empréstimos e querem que o governo reduza para 35%; Eles só pensam nos lucros. Enquanto nós vendemos a terra para pagar as dívidas que as cooperativas nos impõem".

A explicação

O Governo costuma utilizar os trabalhadores rurais como seus currais eleitorais. Partidos políti-

cos, como o antigo PTB gaúcho (hoje seu herdeiro PDT), sempre utilizaram os trabalhadores do campo como seus "caciques políticos regionais". Não bastasse isso tudo aos trabalhadores rurais, agora os dirigentes cooperativistas querem também utilizá-los. Mas parece que deram com o "burro n'água".

Apesar dos destaques na imprensa de que as cooperativas teriam mobilizado 350 mil agricultores gaúchos, em sua maioria pequenos produtores, a verdade é outra: colocaram ônibus gratuitamente à disposição dos agricultores, pagaram despesas com gasolina, ofereceram almoço e utilizaram-se de comerciais (pagos, é claro) em rádios, televisão e jornais. Resultado: reuniram 30 mil agricultores e mobilizaram apenas 15, dos 232 municípios gaúchos (segundo levantamento interno da própria Fecotrigo que coordenou as manifestações).

A história é simples e semelhante a muitas outras na vida política e sindical dos trabalhadores rurais gaúchos: 80 diretores de cooperativas reuniram-se numa tarde e concluíram que o Governo está desrespeitando os interesses dos médios e grandes produtores. Resolveram, então, protestar. Escolheram seis reivindicações de sua classe (na sobra entrou uma dos pequenos produtores), marcaram concentrações em todos os municípios gaúchos e procuraram o apoio dos trabalhadores rurais, justificado assim, mais tarde, por um diretor de cooperativa: "Nós somos apenas 20% dos produtores e controlamos 80% da produção, mas dependemos da força política dos pequenos produtores (80%), para barganhar com o Governo."

Alguns sindicalistas rurais reuniram-se antes das manifestações e decidiram não se envolver na organização e somente participar com palavras de ordem e reivindicações próprias dos trabalhadores rurais, como: preços justos aos produtos, previdência rural, congelamento dos preços dos insumos, acesso à terra aos agricultores sem terra etc. Lamentavelmente, nas poucas manifestações em que tentaram participar, os trabalhadores foram impedidos de fazer suas exigências, como aconteceu, por exemplo, em Santa Rosa (uma das regiões mais fortes na produção gaúcha): o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais, foi impedido de falar pelos organizadores da concentração. O fato gerou revolta entre os trabalhadores presentes, que abandonaram o local. Em Passo Fundo, o presidente da cooperativa recomendou aos associados que evitassem críticas ao Governo. No município de Sarandi (região minifundiária), a cooperativa exigiu uma "posição oficial" na manifestação, não permitindo outras reivindicações.

